



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI
MESTRADO EM PSICOLOGIA

SAMIRIS COSTA DA SILVA

**RECOMENDAÇÕES DE FREUD AOS PSICÓLOGOS QUE EXERCEM A
PSICANÁLISE**

São Luís – MA

2021

SAMIRIS COSTA DA SILVA

**RECOMENDAÇÕES DE FREUD AOS PSICÓLOGOS QUE EXERCEM A
PSICANÁLISE**

Trabalho encaminhado para apreciação da Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica.

Orientadora: Prof^a. Dra. Valéria Maia Lameira

São Luís – MA

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa da Silva, Samiris.

Recomendações de Freud aos psicólogos que exercem a
psicanálise / Samiris Costa da Silva. - 2021.

68 p.

Orientador(a): Valéria Maia Lameira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Psicologia/cch, Universidade Federal do Maranhão, São
Luís, 2021.

1. Direção do tratamento. 2. Interpretação. 3.
Psicanálise. 4. Psicólogo. 5. Transferência. I. Maia
Lameira, Valéria. II. Título.

SAMIRIS COSTA DA SILVA

**RECOMENDAÇÕES DE FREUD AOS PSICÓLOGOS QUE EXERCEM A
PSICANÁLISE**

Trabalho encaminhado para apreciação da Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Linha de pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Valéria Maia Lameira.

Examinado em: / / 2021

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Valéria Maia Lameira (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Isalena Santos Carvalho (Banca examinadora)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria da Conceição Furtado Ferreira (Banca examinadora)

Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Denise Bessa Léda (Banca examinadora)

Universidade Federal do Maranhão

À minha família.

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de construção deste trabalho, tive a oportunidade de poder contar com alguns outros, que caminharam comigo. Assim, agradeço em especial:

A Deus.

À minha mãe, Maria, e ao meu pai, Cleuson, pela aposta e incentivo diários para que eu sempre vá em busca do que acredito; por serem exemplos cotidianos de luta, comprometimento e ética; por nunca terem desistido e por me apontarem caminhos, mesmo sem saber onde levariam; por acreditarem em mim.

A Kellisson, meu irmão, pela parceria, apoio e incentivo ao longo da vida.

A Ruan, por sua amizade, companheirismo e acolhimento; quando penso em nossa amizade, lembro-me de Emicida, que em seu álbum *AmarElo*, de 2019, diz que amigo é “*abrigo em laço*”; esse verso traduz um pouco daquilo que hoje posso dizer de nós.

À Maurícia, amiga querida, por ser alguém com quem posso contar, por se fazer presente e por sempre me incentivar a ir adiante.

À Jordana, pela amizade traduzida e concretizada em atos, pela escuta atenta que sempre me aponta outra coisa e, assim, me permite dar passos, caminhar.

À Letícia, pela amizade, carinho partilhado e cumplicidade. Por estar e ser presente em minha vida.

A Jander, pelo amor, incentivo, compreensão e parceria em meio aos desafios de um mundo tão veloz.

À Rayane, pela amizade que movimenta, que impulsiona e que me encoraja a ir além.

À Neylla pela amizade, torcida e pelo afeto partilhado.

A Adriano, pelo carinho e incentivo.

À Michele pela parceria de trabalho, amizade, cuidado e apoio, concretizados em nosso dia a dia, mesmo na distância física.

À Gercina, que com seu jeito de levar a vida, tão poeticamente, me inspira; obrigada por me incentivar a almejar voos mais altos, sempre através do estudo, e pelas indicações literárias que expandem meu olhar.

À Samilly, Yuri, Bruna, Anne e Raul, do “TEAM CLÍNICA”, por serem alento em momentos difíceis e por compartilharem também dos instantes alegres; contar com vocês nessa jornada fez muita diferença! Agradeço também Yuri, mais uma vez, pela grande ajuda na construção do abstract deste trabalho.

Aos amigos queridos do IBGE, Mariana, Chayanne, Carliane, Mauro e Otoniel, pelo companheirismo e por sempre me lembrarem que eu tinha um texto a escrever, apostando que isso seria possível.

Às crianças e aos adolescentes do Abrigo Institucional Renascer, pela confiança, por partilharem suas histórias, por reivindicarem a todo tempo seu espaço de fala e de escuta, o reconhecimento de sua singularidade.

Aos sujeitos com quem pude trabalhar no CREAS Trizidela da Maioba e àqueles com quem trabalho atualmente, no Centro Especializado em Reabilitação e Promoção de Saúde – CER Olho D'Água.

A pai Leandro e dona Mariana, pela acolhida e por abrirem um espaço que me permitiu recontar e revisitar minha própria história.

À Virgínia Guilhon, pelo espaço de fala e escuta, por seu trabalho ético com a psicanálise;

À Valéria Lameira, por caminhar comigo durante toda a construção deste texto, e antes mesmo disso, quando ainda na graduação, me abriu espaços de trabalho; obrigada por suas pontuações, interrogações, por sua aposta; contar contigo nesse percurso me fez ir adiante e os efeitos do teu trabalho, certamente, reverberam sobre o meu.

Às professoras Isalena Carvalho e Conceição Furtado, por suas pontuações e contribuições em minha banca de qualificação e por aceitarem o convite para estarem em minha banca de defesa.

À professora Denise Bessa, pela gentileza em aceitar compor a banca de defesa desta dissertação como membro suplente e por, há oito anos atrás, ter me aberto os caminhos para a pesquisa, para escrita e para o início da construção de meu percurso na psicologia.

À MacDowell e Luciana, pela paciência e pelo suporte ao longo de todo o mestrado.

À CAPES, instituição da qual fui bolsista tanto na graduação quanto na pós-graduação, fundamental para o incentivo à pesquisa em nosso país.

À UFMA, instituição da qual me orgulho em ser egressa e que foi essencial para o meu crescimento profissional e pessoal.

Ao PPGPSI/UFMA e às professoras e professores do referido Programa, por proporcionarem um espaço de construção, crescimento, de laços e partilha, e por contribuírem com o seu trabalho para o desenvolvimento da psicologia no Maranhão.

À Oyá.

*“[...] Onde queres descanso, sou desejo
E onde sou só desejo, queres não
E onde não queres nada, nada falta
E onde voas bem alta, eu sou o chão
E onde pisas o chão, minha alma salta
E ganha liberdade na amplidão [...]
O queres e o estares sempre a fim
Do que em mim é de mim tão desigual
Faz-me querer-te bem, querer-te mal
Bem a ti, mal ao queres assim
Infinidamente pessoal
E eu querendo querer-te sem ter fim
E, querendo-te, aprender o total
Do querer que há e do que não há em mim”.*
(O queres – Caetano Veloso).

RESUMO

A psicanálise é frequentemente apresentada na formação do psicólogo como uma teoria através da qual é possível sustentar a direção de uma prática; esta teoria, entretanto, é alicerçada por parâmetros próprios, instituídos a partir da experiência clínica, e que não devem ser tomados como conceitos fechados, mas como diretrizes e recomendações para sustentação de uma prática que toma como ponto de apoio o conceito de inconsciente. Partindo da questão “quem analisa hoje?” trazida por Lacan em seu texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”, de 1958, em que aponta a necessidade de retomar às diretrizes freudianas, elencou-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: a quais parâmetros deve o psicólogo estar submetido a fim de dirigir uma prática a partir do referencial da psicanálise? Tendo em vista o desenvolvimento desta questão, foi estabelecido como objetivo geral: situar, a partir do retorno à Freud com Lacan, balizas para se pensar a direção do tratamento psicanalítico, tendo em vista apontar de que maneira o profissional de psicologia pode vir a dirigir uma prática a partir da psicanálise, nos dias de hoje. Para isso, foram propostos como objetivos específicos: apresentar alguns dos conceitos principais que norteiam a teoria da prática proposta por Freud, tendo em vista apontar a especificidade deste referencial teórico-prático; identificar as referências fundadas por Freud e retomadas por Lacan, através de seus estudos em linguística, para avançar na teoria psicanalítica, partindo da formulação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem; situar o tratamento psicanalítico enquanto sustentado pelos parâmetros da fala e da escuta, apontando a transferência e a interpretação como operadores do analista na direção deste trabalho. A pesquisa é de cunho qualitativo e bibliográfico e seu desenvolvimento deu-se a partir da pesquisa em psicanálise, que tem como especificidade a de ser sustentada pelos mesmos parâmetros da experiência clínica: associação livre e atenção flutuante. Disso, situa-se que uma prática psicanalítica se faz possível quando são tomados como alicerces as recomendações freudianas, relidas por Lacan *a posteriori*, pautadas na aposta da existência do inconsciente enquanto instância que sobredetermina o funcionamento psíquico. Considerando o atravessamento do falante pela linguagem, mostra-se que este funcionamento psíquico é marcado por uma dialética, visto que a constituição do sujeito se dá como efeito da incidência do significante, o que por intermédio do Complexo de Édipo-castração, instaura para o neurótico uma divisão, uma hiância, entre uma instância egóica, imaginária (*moi*) e o sujeito do inconsciente (*je*). Portanto, trata-se de um estudo da neurose. Sustenta-se que o trabalho do psicólogo na direção de uma prática psicanalítica, pelo manejo da transferência e da interpretação, ao contar a diferença entre *je* e *moi* visa o funcionamento do sujeito, naquilo que ele traz de uma posição estrutural, singular, marcada pela incidência do significante, e ao qual vê-se sempre convocado a retornar. Assim, aponta-se que o trabalho com a psicanálise, independentemente do espaço em que se esteja inserido, implica em contar essa posição estrutural do sujeito como aquilo que orienta a direção deste trabalho.

Palavras-chave: psicanálise; psicólogo; direção do tratamento; transferência; interpretação.

ABSTRACT

Psychoanalysis is frequently presented on psychologist training as theory in which is possible to sustain a direction of a practice; this theory, however, is grounded by its own parameters, instituted from clinical experience, and should not be taken as closed concepts, but as guidelines and recommendations to sustain a practice that takes as a standpoint the concept of unconsciousness. Starting of the questions “who analyses today?” brought by Lacan in its text "The direction of treatment and the principles of its power", from 1958, in which he highlights the need to resume Freudian guidelines, it was pointed out as a research problem the following question: to which parameters must the psychologist be submitted to guide a psychoanalytic practice? Considering the development of this question, it was established as main goal: place, as from the return to Freud by Lacan, beacons to think guidelines to psychoanalytic treatment, to point out how psychologists can guide a practice in psychoanalysis on the present day. For that, it was proposed as specific goals: present some of the main concepts that surround the theory of the practice proposed by Freud and re-established by Lacan, through its studies of linguistics, to move forward on psychoanalytic theory, starting from the formulation that the unconsciousness is structured as language; to understand the psychoanalytic treatment as sustained by the parameters of language and listening. Indicating the transference and interpretation as operators of the analyst and guide of this paper. It is a qualitative and bibliographic research, and its development comes from the research on psychoanalysis, that is specified and sustained by the parameters from the clinical experience, free association and floating attention. From that, a psychoanalytic practice is possible when are taken as ground rules the Freudian recommendations, reinterpreted by Lacan afterwards., based on the proposal of the existence of the unconsciousness as an instance which overlaps the psychic functioning. Considering that the language passes through the speaker, showing that psychic functioning is marked by dialectic, as the constitution of the subject happens as an effect of the incidence of the significant, that install the neurotic division, an hiatus through the Edipo Complex – castration, amongst an egoic instance, imaginary (*moi*) and the subject of the unconsciousness (*je*). Therefore, it is a paper about neurosis. The psychologists job on the psychoanalytic practice is sustained by the management of transference and interpretation, as the difference amongst *je* and *moi* aims as the subjects functioning, in what he brings an structural positioning, singular, marked by the incidence of the significant, and to which it sees as summoned to return. Thus, it is pointed out that the work on psychoanalysis, independently of where it takes place, is implied on telling this structural position from the subject as the guidelines to this work.

Keywords: psychoanalysis; psychologists; treatment guide; transference; interpretation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	DIRETRIZES PARA UMA PRÁTICA PSICANALÍTICA: alguns conceitos fundamentais.....	20
3	PARÂMETROS PARA A DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO.....	41
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, é comum observar nos cursos de graduação em psicologia a inserção de disciplinas que trazem alguns conceitos da teoria psicanalítica para dentro do espaço acadêmico, sendo a psicanálise frequentemente apontada na formação do psicólogo como uma das “teorias e técnicas psicoterápicas”, a partir da qual este profissional pode alicerçar sua prática (ARAÚJO, 2014).

Entretanto, partimos da premissa de que a psicanálise fundada por Sigmund Freud (1856-1939), a partir da aposta da existência do inconsciente enquanto instância psíquica que sobredetermina nosso funcionamento mental, orienta-se por pilares próprios, advindos de uma prática clínica, e sustenta-se no endereçamento de fala a um outro, podemos dizer, na transferência. A direção de um trabalho com a psicanálise não se restringe, portanto, a uma determinada “categoria profissional”, como a psicologia, orienta-se na verdade pelos parâmetros da fala e da escuta, da *associação livre* e da *atenção flutuante*, que é o que sustenta a especificidade desta prática.

Assim, este trabalho tem como proposta trazer em seu bojo as recomendações para a direção de uma prática psicanalítica, a partir do aporte teórico-prático apresentado por Freud e retomado, *a posteriori*, por Lacan em seu retorno à obra freudiana.

Considerando nossa formação acadêmica em psicologia, e os desencontros entre aquilo que se espera de um psicólogo e o trabalho possível com a psicanálise, buscamos aqui endereçar as recomendações freudianas aos profissionais de psicologia, visto ser ainda frequente, por exemplo, encontrar profissionais que relatam conduzir sua prática a partir da teoria psicanalítica, sem que estejam submetidos a um trabalho de análise pessoal; há também alguns que apontam uma impossibilidade de trabalhar com a psicanálise no contexto das instituições, por reduzirem-na apenas ao espaço físico do consultório; há ainda aqueles que tem uma afinidade por determinado referencial teórico, mas que dizem fazer uso das várias teorias apresentadas na graduação em psicologia, inclusive da psicanálise, como uma “técnica” para solucionar as demandas que lhes são apresentadas, justificando este posicionamento por serem convocados em suas atuações a darem uma “resposta rápida” para os problemas; há também os que defendem a restrição de uma prática com a psicanálise somente aos psicólogos, como se a formação em psicologia fosse um pré-requisito para o trabalho, tal como acreditou-se à época de Freud (1926/1996) em relação à formação médica.

Importante situar neste ponto que exatamente por considerar a especificidade da psicanálise enquanto teoria da prática que se estrutura a partir da noção de inconsciente, do

qual só temos notícia no *a posteriori*, a partir dos rastros que aparecem no funcionamento do falante, é que Freud (1926/1996) propõe uma formação própria ao analista que tem como premissa o trabalho de fala e escuta. Assim, apresenta o famoso “tripé” da formação: análise pessoal, supervisão e estudo teórico em uma instituição psicanalítica (não no espaço acadêmico), por vezes ainda apontado por alguns profissionais de psicologia como uma prescrição puramente metodológica para o direcionamento deste trabalho, mas que, na verdade, aponta que não há possibilidade de dirigir uma prática psicanalítica sem que se sinta “na própria pele”, na experiência dos efeitos do endereçamento da fala a um outro, os efeitos da sobredeterminação inconsciente.

As questões que aqui situamos nos conduziram inicialmente a interrogar sobre qual leitura vem sendo feita, especialmente pelos profissionais de psicologia, dos *conceitos* trazidos por Freud e lidos por Lacan para condução de um trabalho a partir da psicanálise de tal maneira que o título deste texto “*Recomendações de Freud aos psicólogos que exercem a psicanálise*” surge como uma provocação que de antemão pode induzir a pensar que aqui serão apresentadas prescrições prontas a estes profissionais. Quando na verdade o que está em questão é o resgate dos conceitos forjados por Freud para sustentar sua proposta de trabalho com a psicanálise enquanto uma teoria da prática, ou seja, como uma teoria que se estrutura, como já situamos, a partir do trabalho clínico de Freud de escuta da fala de seus pacientes.

Diante disso, buscamos desenvolver neste texto o seguinte questionamento: *a que parâmetros deve o psicólogo estar submetido a fim de dirigir uma prática psicanalítica?*

Tal questão impôs-se a nós¹ enquanto efeito do trabalho de análise pessoal, supervisão e estudo teórico da teoria psicanalítica, que tornaram possível a sustentação de uma prática a partir deste referencial ainda na graduação em psicologia², vindo a atualizar-se posteriormente, a partir do trabalho na clínica e, atualmente, no campo das políticas públicas, enquanto psicóloga que se propõe a um trabalho a partir do referencial psicanalítico.

¹ Dizemos “*nós*” justamente por considerar que a constituição do eu não se dá sem a interseção do outro, de maneira que quando “eu” fala, há algo mais a dizer. Assim, tal como Freud (1937/1996) nos mostra, o trabalho com a psicanálise não se restringe ao eu.

² Nos referimos à inserção no estágio supervisionado em clínica psicanalítica, entre 2015 e 2016, no projeto de extensão *Escuta*, entre 2016 e 2017, e no grupo de pesquisa *Laço social*, entre 2015 e 2018, atividades que estão ou estiveram vinculadas ao curso de graduação em psicologia da UFMA e que foram desenvolvidas no Núcleo de Psicologia Aplicada da UFMA – NPA/UFMA e no Núcleo de Extensão da Vila Embratel – NEVE/UFMA. Em relação ao projeto de extensão *Escuta* e ao grupo de pesquisa *Laço Social*, as atividades foram encerradas em 2018, por ocasião da aposentadoria de sua então coordenadora, a professora Dra. Valéria Maia Lameira.

A realização do estágio em docência, no ano de 2018, na disciplina “Teorias e Técnicas Psicoterápicas (TTP) – abordagem psicanalítica”, do curso de graduação em psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) também contribuiu para a circunscrição da questão de trabalho aqui mencionada, visto que a disciplina de TTP se propõe a promover uma articulação entre os fundamentos da teoria psicanalítica – apresentados inicialmente em outras disciplinas, como “Fundamentos da Clínica Freudiana” e “Fundamentos da Clínica Lacaniana” – e a direção do tratamento em psicanálise, tomando como aporte a teoria do sujeito proposta por Lacan em seu retorno à obra freudiana.

O estágio em docência é um dos requisitos estabelecidos para a conclusão do curso de Mestrado em Psicologia da UFMA, ao qual encontro-me atualmente vinculada, e foi realizado sob a supervisão da então professora responsável pela disciplina, também orientadora deste trabalho. Ao tomar como alicerce o trabalho de análise pessoal, a supervisão e o estudo da teoria psicanalítica, foi possível então que, para além do cumprimento de um requisito acadêmico, algo pudesse advir a partir desta experiência e fazer questão.

Sob o atravessamento dos efeitos e interrogações advindos de nossa prática, endereçamo-nos ao texto de Lacan (1958/1998) “*A direção da cura e os princípios de seu poder*”, em que ele logo de entrada, lança a interrogação “*Quem analisa hoje?*”, apontando o descompasso entre a leitura feita pelos pós-freudianos dos conceitos da teoria psicanalítica e as balizas que Freud, a partir destes conceitos, apresenta como direcionamentos para uma prática. Diante desse descompasso, que culmina em uma “impostura” por parte de alguns dos analistas da época, Lacan (1958/1998, p. 591) aponta a necessidade de retornar aos conceitos e às recomendações freudianas, e para isso, implica logo de início o analista a assumir a única posição que lhe cabe no tratamento, a da direção, apontando o quanto o analista deve estar submetido ao que advém do trabalho de fala-escuta.

Partimos da premissa de que a fala, na perspectiva freudiana, é marcada pela incidência da sobredeterminação inconsciente e comparece como efeito da existência de um conflito de natureza pulsional entre as diferentes instâncias que constituem o psiquismo, o que indica de antemão a impossibilidade de promovermos definitivamente uma cura ou um apaziguamento para o sofrimento psíquico, e mostra que o trabalho em um tratamento psicanalítico considera a dimensão do *eu*, mas não se restringe a ela. É preciso contar, então, o que Freud (1937/1996) apresenta como sendo a outra *metade* do trabalho, que nada mais é do que considerar que o *eu* sofre os efeitos de um processo de elaboração inconsciente, ou

seja, seu funcionamento é como já mencionamos, atravessado e sobredeterminado por estes efeitos.

Portanto, restringir a leitura do psiquismo à instância egóica culmina naquilo que Lacan (1958/1998) situa como uma “reeducação emocional do paciente” (p. 591), ou seja, na tentativa de dar um sentido ao que advém da fala, sem que se esteja “atento” ao fato de que naquilo é dito, comparecem *significantes* que circunscrevem algo da ordem de uma posição estrutural do sujeito, ou seja, algo que diz do funcionamento psíquico singular de cada um. Apontamos de antemão que a possibilidade de um trabalho com a psicanálise, enquanto um trabalho com o singular, dá-se quando nos colocamos a escutar os significantes que, ao longo da história do sujeito, lhe marcaram, apontando que este sujeito ao ser atravessado pela linguagem, está submetido a um funcionamento dialético, para o qual não há sequer um objeto no mundo que aplaque.

Situando o analista como aquele que dirige o tratamento, e não a pessoa, e tomando como aporte a teoria do significante, que aponta a constituição do sujeito como estando alienada a uma matriz simbólica, ou seja, a um conjunto de significantes endereçados ao falante por um Outro, quando de sua entrada no mundo de linguagem, Lacan (1958/1998) nos mostra o modo como o analista deve operar na direção do tratamento: pelo manejo da transferência e o trabalho de interpretação. Considerando a questão que aqui elencamos enquanto nosso problema de pesquisa, “*a que parâmetros deve o psicólogo estar submetido a fim de dirigir uma prática psicanalítica?*”, apontamos de antemão que são estes os “parâmetros” a partir dos quais pode ser possível ao psicólogo a direção de uma prática psicanalítica.

Para chegarmos ao ponto da “direção do tratamento”, daquilo que sustenta o trabalho, compareceu inicialmente a necessidade de retomarmos alguns dos conceitos fundamentais apresentados por Freud – como o de inconsciente, pulsão, repetição, transferência, etc., lendo-os, *a posteriori*, a partir da premissa lacaniana do inconsciente estruturado como uma linguagem.

Assim, tendo em vista apresentar direcionamentos para nossa questão, elencamos como objetivo geral desta pesquisa:

- a) Situar, a partir do retorno à Freud com Lacan, balizas para se pensar a direção do tratamento psicanalítico, tendo em vista apontar de que maneira o profissional de psicologia pode vir a dirigir uma prática a partir da psicanálise.

Como objetivos específicos, propomos:

- a) Apresentar alguns dos conceitos principais que norteiam a teoria da prática proposta por Freud, tendo em vista apontar a especificidade deste referencial teórico-prático;
- b) Identificar as referências fundadas por Freud e retomadas por Lacan, a partir de seus estudos em linguística, para avançar na teoria psicanalítica, partindo da formulação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem;
- c) Situar o tratamento psicanalítico enquanto sustentado pelos parâmetros da fala e da escuta, apontando a transferência e a interpretação enquanto operadores do analista na direção deste trabalho.

Tendo em vista o desenvolvimento dos objetivos elencados, situamos primeiramente no capítulo 1, intitulado “*Diretrizes para uma prática psicanalítica: alguns conceitos fundamentais*” o percurso de Freud para construção de um aporte teórico a fim de sustentar o que advinha de sua prática. Assim, apresentamos brevemente o contexto de surgimento da psicanálise, o trabalho inicial de Freud com os médicos Jean Martin Charcot (1825-1893) e Joseph Breuer (1842-1925), e o início de sua prática na clínica da histeria onde pôde dar-se conta dos efeitos da incidência da sobredeterminação inconsciente no dinamismo psíquico.

Partindo deste ponto, apresentamos em seguida a primeira formulação de aparelho psíquico proposta por Freud (1900/1996), como resultado de seu estudo com os sonhos, daquilo que escutava de seus pacientes, em que demonstra que o tempo do inconsciente se dá no a posteriori, *nachträglich*, ou seja, em uma temporalidade outra que faz com que determinados traços anteriormente inscritos no aparelho psíquico e afastados da consciência, possam retornar um tempo depois à consciência, pela via da associação livre.

A partir disso, situamos a formulação de *recalque*, como o que torna possível afastar do domínio consciente aquilo que é “desprazeroso” para essa instância, aquilo que lhe foi traumático. No âmago dessa formulação do “trauma”, apontamos com Freud (1905/1996) que a constituição psíquica do falante é atravessada pelas marcas das experiências infantis e traz em seu cerne a incidência do sexual como o que se constitui como traumático e que, por isso, necessitou ser afastado da consciência. Situamos então que é pela elaboração dessa trama da sexualidade infantil, a partir do Complexo de Édipo-castração que se torna possível ao falante a constituição e a assunção de uma posição estrutural no mundo, sua inscrição em

uma das entidades clínicas apresentadas por Freud como neurose, psicose ou perversão, lembrando que aqui apresentamos especificamente o funcionamento neurótico.

Paralelamente, ao apresentar como instâncias psíquicas inconsciente, pré-consciente e consciência, situamos a existência de um conflito psíquico de natureza pulsional, em que, sob a incidência do princípio do prazer/desprazer, cada instância passa a buscar assegurar para si uma satisfação. Assim, apresentamos neste capítulo a noção de pulsão – *Trieb* –, energia que permite articular “o psíquico e o somático” (FREUD, 1915a/2004), e cuja satisfação sempre parcial, se dá mediante o investimento em objetos. Considerando a ação dialética da pulsão de vida e da pulsão de morte, e a existência de um resto pulsional que deixa de ser investido por incidência dessa dialética, apresentamos a segunda tópica freudiana do psiquismo que propõe como instâncias psíquicas eu, isso e supereu. Mostramos ainda que o “resto” pulsional que não pôde encontrar para si uma via possível de descarga, reinveste constantemente no aparelho psíquico e, assim, submete o psiquismo à ação de uma compulsão a repetição, corroborando que o funcionamento psíquico é inconscientemente sobredeterminado.

Passamos adiante, e partindo da construção do inconsciente pulsional freudiano, situamos a noção do inconsciente estruturado como uma linguagem apresentada por Lacan (1964/2008) a partir de seus estudos na área da Linguística, mostrando por meio do esquecimento de Freud (1901/1996) do nome *Signorelli*, como se dá o trabalho com o significante, que interessa ao analista na direção de uma prática psicanalítica.

Já no capítulo 2, intitulado “*Parâmetros para a direção do tratamento psicanalítico*”, situamos que a constituição do sujeito falante se dá como efeito da incidência do significante, atribuído por um Outro, matriz simbólica, quando da inscrição desse falante em um mundo de linguagem, o que traz em si a marca de uma fenda estrutural, de uma perda de algo que não pôde ser simbolizado e que insiste em não se fazer representar, ao qual Lacan (1964/2008) nomeia como real.

A partir disso e tomando as noções de *tiquê* e *autômaton*, apresentamos um outro caminho para situarmos a noção de compulsão à repetição e assim, a direção do tratamento, que parte da aposta de que ao endereçarmos a fala a um outro, algo dessa fala falhe, algo tropece, permitindo que aí compareçam os significantes que nos marcam e que representam a posição estrutural do sujeito, na medida em que este somente pode ser representado por um significante na relação com outro significante (LACAN, 1961-1962/2003).

É no endereçamento de fala a um outro, que Freud (1912a/1996) nomeou como transferência que reside a possibilidade, portanto, de um trabalho com a psicanálise, tomando

a interpretação como o modo de operar do analista no tratamento. Assim, partindo de alguns casos clínicos trazidos em “*Análise com fim e sem fim*” (FREUD, 1937/1996) e do caso do *plagiador* conduzido por Ernest Kris e apresentado por Lacan (1958/1998), situamos neste capítulo o que promove um tratamento psicanalítico e voltamos à questão da direção de uma prática com a psicanálise aos psicólogos que a isso se propõe, implicando-os a submeterem-se também a um trabalho de fala e escuta, a endereçarem-se a alguns outros, para que nesse endereçamento, a cada vez, algo dessa fala-escuta possa advir e aí tornar possível o direcionamento de um trabalho.

A questão aqui trazida e que elencamos como nosso problema de pesquisa, faz-se, portanto, atual e necessária, ainda que costumeiramente ao nos endereçarmos aos textos freudianos, hajam interrogações sobre a necessidade deste retorno e, mais do que isso, se já não se trata de algo dito e ultrapassado. A psicanálise nos mostra, quando traz que o tempo do inconsciente se dá no *a posteriori*, ou seja, a partir de articulações lógicas submetidas ao funcionamento inconsciente, que se algo insiste em reverberar em nosso psiquismo, mesmo que julguemos tratar-se de algo passado, é porque isso que insiste é o que se constitui como a realidade que conta para o sujeito. É o que para o sujeito conta como atual e para onde nossa escuta deve estar atenta. Assim, partimos daquilo que escutamos em nossa experiência de forma repetida e que nos fez interrogar sobre que leitura vem sendo feita pelos profissionais de psicologia dos conceitos e das recomendações freudianas.

A fim de atingir os objetivos aqui apresentados, utilizamos como um meio para a coleta de dados a pesquisa bibliográfica, que conforme apontam Lameira, Costa e Rodrigues (2017) trata-se de um movimento de retomada em direção àquilo que já está escrito, o que pode abrir, neste retorno, outra possibilidade de escrita quando contamos a fenda existente entre o conceito e aquilo que ele nomeia.

Tomamos então, como percurso metodológico na construção deste texto àquele apresentado por Freud (1915a/2004, p. 145), que se baseia “[...] na descrição de fenômenos, que são em seguida agrupados, ordenados e correlacionados entre si”, considerando que a pesquisa em psicanálise não comporta um saber ou uma teorização prontos, de antemão, acerca do objeto de pesquisa, mas que possibilita que este objeto seja construído a partir da escrita e dos desdobramentos que o texto toma, contando aí, portanto, a impossibilidade de apreendê-lo. É na medida em que, como Lameira, Costa e Rodrigues (2017) apontam, o objeto da pesquisa em psicanálise é sempre o inconsciente, é que esta impossibilidade se dá, na produção de um saber que será sempre faltoso.

A pesquisa em psicanálise é marcada sobretudo pela sua relação com a clínica, de tal maneira que em *“Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise”*, Freud (1912b/1996) nos diz que há uma coincidência entre teoria, prática e pesquisa. Partimos então da premissa freudiana de que a pesquisa em psicanálise é pautada pelos mesmos parâmetros que conferem sustentação à clínica psicanalítica, que são, como nos dizem Lameira, Costa e Rodrigues (2017) a fala, a escuta, a associação livre e a atenção flutuante. Assim, é importante considerar a clínica não como algo que restringe a pesquisa em psicanálise, mas como aquilo que, a partir de seus princípios, dá norte a esta pesquisa, a sustenta, quando mostra que a construção de um texto é totalmente atravessada por aquilo que afeta de forma singular a cada pesquisador, enquanto efeito de seu trabalho.

Se na direção de um tratamento Freud (1912b/1996) nos diz que é necessário que o analista mantenha uma atenção uniformemente suspensa e escute atentamente o que o analisante lhe diz, sem fazer julgamentos, na pesquisa bibliográfica Coelho e Santos (2012, p. 95) dizem que é necessário o mesmo posicionamento frente ao texto, já que o pesquisador “[...] é guiado em sua leitura-escuta por suas impressões transferenciais acerca do texto, o que indica que ele está diretamente implicado ao analisar os dados da pesquisa”. Trata-se, portanto, como já pontuamos, de uma leitura, de um retorno aos textos, que toma como ponto de apoio o próprio trabalho de análise pessoal do pesquisador e a possibilidade de uma escuta orientada para aquilo que se impõe a ele como questão.

Assim como o analista está na direção de um tratamento, submetido às leis que o regem, o pesquisador também está incluso naquilo que ele define como seu objeto de pesquisa está, portanto, implicado com o seu desejo e com o lugar que ocupa naquilo a que se propõe a estudar. É neste ponto que Lameira, Costa e Rodrigues (2017, p. 70) mostram que “[...] o pesquisador não pode acreditar estar do lado de fora de sua pesquisa. Ao trazer para sua pesquisa o trabalho de outros autores, entra com algo de seu” é, portanto, incluído “[...] como um sujeito que conta na pesquisa” (LAMEIRA; COSTA; RODRIGUES, 2017, p. 75).

Retomamos, então, alguns textos de Freud e Lacan, tendo em vista desenvolver a questão que outrora apresentamos, considerando os seguintes textos-base: *“A interpretação dos sonhos (Capítulo VII – A psicologia dos processos oníricos)”* (FREUD, 1900/1996), *“O esquecimento dos nomes próprios”* (FREUD, 1901/1996), *“Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”* (FREUD, 1905/1996), *“A dinâmica da transferência”* (1912a/1996), *“Recomendações de Freud aos médicos que exercem a psicanálise”* (FREUD, 1912b/1996), *“Pulsões e destinos das pulsões”* (FREUD, 1915a/2004), *“O recalque”* (FREUD,

1915b/2004), “*O inconsciente*” (FREUD, 1915/2006), “*Além do princípio do prazer*” (FREUD, 1920/2006), “*Análise com fim e sem fim*” (FREUD, 1937/1996), “*A direção do tratamento e os princípios de seu poder*” (LACAN, 1958/1998), “*A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*” (1957/1998), “*O Seminário – Livro 1 – Os escritos técnicos de Freud*” (1953-1954/2009), “*O Seminário – Livro 5 – As formações do inconsciente*” (LACAN, 1957-1958/1999), “*O Seminário – Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*” (LACAN, 1964/2008), dentre outros que se fizeram necessários.

Tais textos compareceram como alicerce de nossa proposta de situar primeiramente a especificidade da psicanálise, enquanto teoria da prática que se constitui pela estruturação do conceito de inconsciente, paralelamente possibilitando a partir da apresentação de conceitos fundamentais da teoria psicanalítica, a articulação destes conceitos com a prática, de onde partimos para pensar o que promove um tratamento psicanalítico, considerando que estes elementos trazem o direcionamento para uma prática com a psicanálise, em qualquer contexto.

Diante disso, tendo em vista o retorno aos parâmetros teóricos aos quais devemos estar submetidos a fim de dirigir um tratamento psíquico a partir da psicanálise, buscamos aqui situar que a possibilidade de um trabalho que conta o inconsciente se dá a cada vez, sem uma garantia definitiva, pelo endereçamento de fala do sujeito a um outro, que também a cada vez, se coloca a escutar. É por meio deste trabalho de fala-escuta, alicerçado sobre a transferência que é possível dar lugar àquilo que para cada um é singular. Buscamos então, partindo do resgate às recomendações de Freud e Lacan reafirmar que o direcionamento de uma prática psicanalítica somente se faz possível ao psicólogo quando ele se submete a essas recomendações, atualizando-as, a cada vez, a partir de seu labor, do trabalho de fala e de escuta.

2 DIRETRIZES PARA UMA PRÁTICA PSICANALÍTICA: alguns conceitos fundamentais

A psicanálise surgiu a partir do trabalho de Sigmund Freud (1856-1939), médico vienense, entre o final do século XIX e início do século XX, em meio ainda a influência dos ideais da modernidade, pautados numa centralidade da razão, do saber e da consciência do homem sobre si mesmo. Tal ideário convocou o campo científico, naquele momento, a explicar os fenômenos não mais pelo viés metafísico até então vigente, mas através de teorias e métodos capazes de produzir resultados verificáveis, fazendo com que houvesse em diversos campos do conhecimento, incluindo aí a psicologia, uma busca por um estatuto científico, inicialmente reduzido a uma perspectiva quantitativa, biologizante e experimental.

Situar ainda que brevemente este contexto de nascimento da psicanálise nos mostra, por um lado, o corte que ela estabelece na perspectiva até então apregoada de uma equivalência entre funcionamento psíquico e consciência, ao propor como noção estrutural o conceito de inconsciente, e por outro, o desafio de construir uma sustentação teórica inaugural para o referido conceito, legitimado a partir daquilo que advém de uma prática clínica, alicerçada sobre os parâmetros da fala e da escuta.

Ao nos propormos a apresentar o que aqui nomeamos de início como “diretrizes para uma prática psicanalítica”, partimos do ponto de que a fundação da psicanálise enquanto uma teoria da prática se dá com a publicação, em 1900, da “*Interpretação dos sonhos*”, na qual Freud (1900/1996) apresenta uma primeira formulação do funcionamento psíquico que inscreve o inconsciente como uma instância que constitui e determina este funcionamento. Buscamos assim, inicialmente, situar do que se trata o inconsciente proposto por Freud, revisitado por Lacan *a posteriori*, para então pensarmos a especificidade de uma prática psicanalítica.

Tendo em vista construirmos o percurso em direção aos fundamentos que sustentam esta prática, não há como desconsiderar da formação médica inicial de Freud os estudos que realizou com os também médicos Jean Martin Charcot (1825-1893) e Joseph Breuer (1842-1925), estudos que o colocaram diante dos casos da chamada *histeria traumática* e que lhe possibilitaram dirigir-se posteriormente a esta entidade clínica com uma escuta para além do sintoma, levando-o também a interrogar-se acerca da concepção vigente de um psiquismo cujo funcionamento estaria reduzido à consciência.

Num cenário atravessado pelo ideal de que aquilo que se constitui como científico está majoritariamente pautado em uma concepção naturalista, exata e quantitativa, Freud

(1950[1895]/1996) parece buscar, a princípio, esse estatuto de cientificidade a partir da escrita do “*Projeto para uma psicologia científica*” – que só foi publicado após sua morte –, no qual propõe-se a situar teoricamente a sintomatologia histérica e o funcionamento psíquico com o qual se deparava, tomando o aparato neuronal, biológico como suporte.

Os estudos com Charcot e Breuer, no entanto, mostram à Freud que a histeria e, portanto, um possível “tratamento” dirigido a ela, escapam a uma inscrição e a uma compreensão puramente biológica ou orgânica, o que se estende ao próprio dinamismo psíquico, levando-o a abrir mão de seu “*Projeto*”. Do trabalho com os mestres que, importante situarmos, é um trabalho que já se dá pela via da fala e da escuta, mas que ainda tem como prerrogativa a remissão de um quadro sintomático, evidencia-se que o sintoma histérico que se apresenta em um dado momento está relacionado a algo “passado” que foi desprazeroso e por isso não é “sabido” conscientemente, mas que ainda assim está inscrito no psiquismo, a ponto de ser capaz de incidir sobre a consciência e buscar se fazer representar no corpo em um período posterior.

Diante disso, vemos com Charcot a apresentação de uma proposta de tratamento para a sintomatologia histérica baseada na utilização da hipnose e da sugestão, onde o paciente poderia “reviver” artificialmente o instante em que determinado sintoma surgiu através da hipnose, e o médico por meio da sugestão, ou seja, de sua palavra, poderia sanar o aparecimento daquele sintoma, num dado momento. Breuer, por sua vez, propõe o método catártico como intervenção em que, com o auxílio da hipnose seria possível ao paciente “[...] trazer à luz com clareza a lembrança do fato que o havia provocado [o sintoma] e despertar o *afeto* que o acompanhara” (BREUER; FREUD, 1893/1996, p. 42); o desaparecimento do quadro sintomático ocorria quando o afeto, uma espécie de “energia psíquica” vinculada à lembrança do fato, era traduzido em palavras, ou seja, quando o paciente conseguia descrever a situação que lhe advinha, permitindo ao afeto desvincular-se de determinada lembrança ao “*ab-reagir*” pela fala, justamente por nela obter uma outra via possível de descarga e representação.

A partir do trabalho com Charcot e Breuer, Freud inicialmente conduz sua atuação clínica pelo método catártico e pela hipnose, métodos que posteriormente abrirá mão, mas que de início já apontam a possibilidade de um “tratamento” para histeria por uma outra via, pelo endereçamento da fala a um outro que se coloque a escutá-la, já que parte justamente da historicização que os pacientes podem fazer sobre os traços de lembranças que a eles se impõe. Estes traços, mesmo afastados da consciência e relacionados a algo “passado”, repercutem no presente e indicam a existência de um funcionamento psíquico que não está

submetido àquilo que conscientemente acreditamos saber, e do qual só é possível termos notícias, *a posteriori*.

Para ilustrar que a dinâmica do psiquismo se dá em um tempo *a posteriori*, situamos o caso de Katharina, apresentado por Freud nos “*Estudos sobre a histeria*”, publicado em conjunto com Breuer, em 1895. Freud teve contato com Katharina, uma jovem de aproximadamente 18 anos, em uma das viagens que realizou por volta de 189... (não situa o ano precisamente). A mesma apresenta-se logo de início como alguém que sofre com “*problemas dos nervos*”, que já havia ido a outro médico anteriormente, mas que seus sintomas continuavam e que dentre estes, vinha apresentando por vezes falta de ar, tontura, sensação de que “*há alguém atrás de mim que vai me agarrar de repente*” e de que alguma coisa lhe “*pressiona*” os olhos (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996, p. 152).

A partir de um trabalho de fala e de escuta, Katharina relata uma situação anterior, ocorrida há pelo menos dois anos antes do aparecimento de seus sintomas, e que havia lhe causado incômodo e estranhamento; lembra-se de ter visto uma “cena” em que seu tio estava deitado sobre uma moça de nome Franciska, e de assim ter “descoberto” que o mesmo mantinha com ela um relacionamento. Diz ainda não haver compreendido naquele momento que a situação que presenciou possuía um “teor sexual” (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996).

Ao contar sua história, Katharina recorda outras situações anteriores a sua descoberta, em que o mesmo tio estava envolvido e nas quais novamente relatou não ter se dado conta de que ali havia algo do sexual que se fazia presente. Em uma delas, Katharina assusta-se ao perceber que o tio tentou deitar-se na mesma cama em que ela estava pedindo que a sobrinha ficasse quieta e dizendo que ela “não sabia como era bom”. Houveram ainda outras situações entre o tio e Franciska, que de alguma maneira já indicavam a existência de um relacionamento entre ambos, às quais Katharina diz não ter dado nenhuma importância, que “apenas notei e não pensei mais no assunto” (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996, p. 155-156) e diz que ao lembrar das “cenas”, sentia alguns dos sintomas anteriormente descritos, especialmente a falta de ar e as náuseas.

Daquilo que Katharina pôde dizer de seus sintomas, da sua historicização, é possível perceber que há algo que lhe trouxe desconforto, que não pôde ser psiquicamente elaborado num primeiro momento ou mesmo nomeado, mas que foi de alguma maneira “notado” por ela, foi inscrito e afastado do acesso da consciência, sem que sobre isso ela exercesse qualquer controle ou interferência. Entretanto, o afeto vinculado à lembrança – o sentimento de nojo/repulsa associado à situação – continuou a investir no psiquismo, a *pressionar* e

buscar outras ligações como possibilidades de descarga, de maneira que o que havia sido “esquecido” por ela, se faz lembrar em um momento *posterior*, seja pelo aparecimento dos sintomas histéricos, seja pelas sensações de estranhamento e desconforto evocadas a cada vez em que ela presencia uma cena ou situações com traços semelhantes.

Essa descrição vai ao encontro daquilo a que Freud em “*A psicoterapia da histeria*” nomeia inicialmente de *trauma* (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996), inscrição psíquica que se constitui como algo que é da ordem de um susto, do que causa aflição, estranhamento, e que por algum motivo não pôde num primeiro momento ser psiquicamente elaborado, ou seja, não pôde se fazer representar. A partir disso, estabelece-se um corte entre o conteúdo do estímulo que fez marca no psiquismo e que será afastado do domínio consciente, e o afeto (energia³) a ele vinculado, que permanecerá tentando ligar-se a outros conteúdos relacionados de alguma forma ao que foi outrora “esquecido”, como mostramos com a apresentação do caso de Katharina. Daquilo que se inscreve como traumático somente temos notícia num segundo momento, a partir da incidência de seus efeitos, o que já nos antecipa que a dinâmica psíquica não está submetida a uma temporalidade cronológica, mas a um outro tempo que se dá no *a posteriori*, em alemão *nachträglich*, que é o tempo do inconsciente.

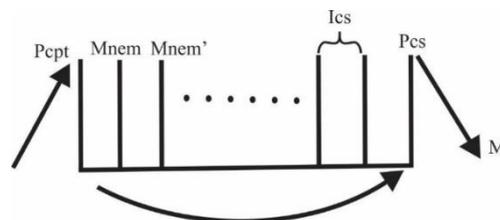
Para além da formação dos sintomas, o *nachträglich* se faz notar na formação dos sonhos, ponto de onde Freud (1900/1996) parte para estruturar e apresentar sua primeira tópica do funcionamento psíquico. Para isso, evoca novamente aquilo que lhe interessa desde o princípio em sua atuação clínica, a fala de seus pacientes; ao pedir que relatem o que lembram do que sonharam, constata que neste processo palavras deixam de ser ditas, são substituídas, se repetem, e que para além disso, há sempre um fragmento da formação onírica, o umbigo do sonho, que não admite representação, ou seja, que não se faz dizível.

Há, portanto, um conteúdo *latente*, que corresponde ao que de fato foi sonhado – do qual só temos notícias por representações parciais – e um conteúdo *manifesto*, que é aquilo que do sonho chega à consciência e pela fala pode ser historicizado, o que legitima a proposição de Freud (1900/1996) de que o aparelho psíquico é constituído por diferentes “sistemas psíquicos” – Inconsciente (Ics.), Pré-consciente (Pcs.) e Consciência (Cs.) – onde aquilo que comparece na consciência, tida anteriormente como o centro do psiquismo, é na verdade fruto de um processo de “associação” a traços anteriormente inscritos e pertencentes ao inconsciente, dos quais somente temos notícias *a posteriori*.

³ Podemos situar essa noção de energia como algo que remonta à formulação inicialmente pensada por Freud (1950[1895]/1996) para o funcionamento psíquico, ainda sob uma perspectiva biológico-química, apresentada em seu “Projeto para uma psicologia científica”.

Mas de que maneira esses traços são registrados e podemos falar em um processo associativo? Pela formulação apresentada nesta primeira tópica, situamos que o aparelho psíquico é constituído por dois eixos em extremidades opostas, um perceptivo (Pcpt.) e um motor (M), que compõem o “esquema do pente”, conforme representado a seguir. Pelo eixo perceptivo (Pcpt.), chegam ao aparelho os mais diferentes estímulos⁴ e excitações que, a partir de sua incidência, estabelecem traços mnêmicos (ou traços de memória) no aparelho até que o excedente de *energia* dessa estimulação seja descarregado pelo eixo motor. Ao penetrar no aparelho pela via perceptiva, um estímulo deixa marcas na medida em que percorre os diferentes sistemas psíquicos, sendo que estas marcas, enquanto representações, não correspondem necessariamente ao que foi percebido, mas àquilo que foi possível ser fixado no aparelho sob a forma de traços desta percepção em cada sistema, de maneira que: “[...] uma única excitação, transmitida pelo Pcpt., deixa fixada uma variedade de registros diferentes” (FREUD, 1900/1996, p. 569).

Figura 1 – Aparelho psíquico proposto por Freud (1900/1996) – Esquema do Pente



Fonte: Freud (1900/1996, p. 571).

Existe, então, um movimento progressivo dos estímulos que incidem sobre o eixo perceptivo (Pcpt.) em direção ao eixo motor para serem descarregados. Podemos considerar pelo “esquema do pente” proposto por Freud (1900/1996), que no sistema inconsciente há uma fixação maior dos traços provenientes dos estímulos que atravessam o eixo perceptivo e que esta fixação diminui à medida em que o estímulo segue em direção à via motora, passando sucessivamente pelos sistemas pré-consciente e consciente.

A partir dos traços mnêmicos e das marcas registradas nos diferentes sistemas, as *associações* entre os conteúdos que incidem sobre o aparelho psíquico num determinado momento são estabelecidas, tornando possível a um conteúdo do sistema inconsciente ligar-

⁴ Importante ressaltar que estes estímulos podem ser tanto de natureza externa (ambiente) quanto interna (do próprio dinamismo do aparelho), já que como Freud (1915a/2004) nos mostra mais adiante em sua teoria ao forjar seu conceito de pulsão, há no psiquismo sempre uma estimulação constante, ou seja, um investimento pulsional que não cessa em não se inscrever e que está sempre em busca de uma satisfação.

se a outros conteúdos do sistema pré-consciente a fim de que *alguns* de seus traços cheguem à consciência. É o que acontece, por exemplo, em relação aos sonhos que, por representações faltosas, podem chegar à vida de vigília ao serem submetidos a deformações tanto pelo processo de *deslocamento* – quando há um deslizamento do grau de importância de determinados elementos oníricos para outros – quanto de *condensação* – quando ocorre uma aglutinação de fragmentos e elementos (FREUD, 1900/1996).

A questão é que paralelamente à incidência de estimulações pelo eixo Pcpt. em direção à descarga pelo eixo motor, há também na dinâmica do psiquismo o que Freud (1900/1996, p. 573) situa como *regressão*, uma “memorização deliberada” que diz respeito a um “[...] movimento retrocedente do aparelho psíquico, retornando de um ato complexo de representação para a matéria-prima dos traços subjacentes”, ou seja, há frequentemente uma referência, um retorno a algo que anteriormente foi inscrito e do qual só temos notícia por seus efeitos num tempo depois. Se voltarmos nosso olhar novamente para o caso de Katharina, essa “memorização” se impõe a cada vez em que ela se depara com situações que, pelo processo associativo, invocam traços anteriormente inscritos, dos quais ela nada sabe, mas que ainda assim lhe trazem sensações de estranhamento, de desprazer.

Concomitantemente, portanto, a um “movimento progressivo” dos processos excitatórios em direção ao eixo motor, do qual falamos inicialmente, há um movimento inverso, regressivo, em direção ao eixo perceptivo, que é o que viabiliza a formação dos sonhos já que durante o sono não é possível uma descarga da energia relativa aos processos excitatórios pela via motora, apenas pela via perceptiva (FREUD, 1900/1996). Este movimento regressivo incide sobre o funcionamento do aparelho e legitima a noção de que o tempo do inconsciente é um tempo *a posteriori*, em alemão *nachträglich*, que se dá no retorno a algo anteriormente inscrito que se impõe, a uma marca primeira que insiste em não se fazer representar.

A formulação de que o tempo do inconsciente não obedece a uma cronologia e que se dá justamente numa via retroativa, *a posteriori*, nos indica a existência de um determinismo nos eventos psíquicos, onde aquilo que comparece “conscientemente” e se dá a saber pela fala é resultante de um processo associativo que não ocorre de forma aleatória, está submetido a uma sobredeterminação inconsciente, para a qual devemos estar atentos em uma prática psicanalítica.

Freud (1900/1996) mostra ainda que no cerne desta sobredeterminação, naquilo que do inconsciente insiste, seja na fala ou pela via dos sintomas, dos sonhos ou de outras de suas formações, está em jogo a busca pela realização de um *desejo* inconsciente, que fora

“repudiado” pelos demais sistemas e do qual nada sabemos. Esse desejo, mesmo estando afastado do pré-consciente e da consciência, é o próprio investimento em busca de uma satisfação que é mítica, e que por isso não pode ser reencontrada.

Não se trata, entretanto, de um investimento que se dá de forma harmoniosa, sem empecilhos, em direção aos diferentes sistemas que compõem o funcionamento psíquico, basta que lembremos das deformações às quais os sonhos são submetidos para que alguns de seus traços cheguem à consciência, ou mesmo das palavras que deixam de ser ditas no processo de historicização, o que demonstra a presença de uma “força” no psiquismo, nomeada de *resistência*, cuja ação faz com que determinados traços do sistema *Ics.* somente possam se fazer representar na consciência de maneira deformada, tendo em vista evitar nela a chegada de algo que lhe seja desprazeroso.

O investimento daquilo que Freud, já em 1900, reconhece como “desejo inconsciente”, não cessa em não se inscrever nas voltas que faz em torno de um vazio que conta e que impulsiona para se fazer reconhecer. Isso nos aponta a ocorrência de um conflito de forças no funcionamento psíquico, onde aquilo que irá se constituir como sendo prazeroso para determinado sistema, nomeado posteriormente de “instância”, não é necessariamente o que trará prazer para o outro.

Neste momento faz-se importante situarmos um ponto fundamental da teoria freudiana, de que a dinâmica de funcionamento do aparelho psíquico, sob um ponto de vista econômico, está voltada para obtenção de prazer/evitação do desprazer. Isso comparece já no “Projeto”, onde Freud (1950[1895]/1996) ainda por uma perspectiva naturalista dos fenômenos psíquicos, propõe que o psiquismo é marcado pela existência de uma quantidade de excitação (Q) que é produzida constantemente pelo próprio dinamismo interno do organismo e que não pode ser inteiramente escoada.

O aumento desse quantitativo de excitação, em virtude da incidência de novas estimulações no aparelho e o conseqüente desequilíbrio da energia nele presente, gera desprazer, enquanto a descarga do quantitativo de energia excedente é experimentado como prazer; como o aparelho busca a obtenção do prazer, funciona então em direção à descarga do *quantum* excedente de energia subjacente às estimulações que recebe, de forma a manter estabilizada a quantidade de Q (FREUD, 1950[1895]/1996). Ou seja, a dinâmica prazer/desprazer não está necessariamente associada a algo que seja “bom” ou “ruim”, mas a possibilidade do aparelho descarregar ou não, em determinado momento, uma estimulação recebida.

Ao atualizar sua formulação de aparelho psíquico em 1900, já sob o ponto de vista de que ele não se encerra em uma psicologia dos neurônios e exatamente por situar a existência de diferentes sistemas psíquicos, Freud (1900/1996) mostra que o psiquismo não está submetido apenas a uma busca incessante pelo prazer, visto que isso levaria a um “esvaziamento” do aparelho, mas à uma dinâmica de interlocução entre *princípio do prazer* (processo primário) – princípio que orienta o aparelho psíquico em direção à obtenção imediata do prazer, ou seja à descarga – e *princípio da realidade* (processo secundário), que adia este processo e permite que o afeto outrora ligado a um conteúdo que não pode ser acessado pela consciência, possa ligar-se a outro conteúdo passível de ser conscientizado, a fim de obter *alguma* descarga.

Então, mesmo que uma inscrição psíquica como o trauma, que se constitui como algo desprazeroso para consciência, seja por isso afastado de seu acesso mediante o que Freud (1915b/2004) nomeará de *recalque*, o afeto vinculado a esse trauma não será destruído, continuará a buscar novos investimentos, novas possibilidades de descarga. O recalque de uma ideia ou representante mental não se dá, portanto, de uma vez por todas, deixa derivados.

Justamente por considerar esses rastros, Freud (1915b/2004) propõe mais adiante em sua formulação teórica uma diferenciação entre dois tipos de recalque: um *recalque original* (ou *recalque primevo*) e um *recalque propriamente dito* (ou *pós-calcar*). O recalque primevo (*Urverdrängung*) remonta à uma falta constitutiva que deixa uma marca primeiramente inscrita da qual nada sabemos; remete-nos a um “corte” que se coloca pelo intermédio da relação com o outro, ao sermos inseridos no mundo, em uma cultura.

Mas de que marca se trata? Pensemos na seguinte situação, apresentada por Freud (1900/1996) como sendo da ordem de uma primeira experiência de “satisfação”: quando o bebê humano chega ao mundo, ele tem no choro, em um primeiro momento, uma possibilidade de livrar-se de algo que para ele é desprazeroso, mas que naquele instante ele ainda não é capaz de nomear. No ato de seu choro, que a princípio é apenas de descarga, ele é atendido por alguém que se ocupa com seus cuidados e lhe apresenta algo – um objeto (*Objekt*) –, acreditando ser aquilo que o bebê pede: o seio materno, um afago, uma palavra...

A escuta do choro que poderia ser por qualquer coisa, é interpretada como um pedido que precisa ser atendido, e faz um corte em qualquer possibilidade de que esse pequeno humano tenha seu funcionamento regido unicamente por um código biológico inato, por haver aí a interdição de um registro instintual, que sequer pôde obter uma representação na consciência, mas que mesmo barrado, não deixa de buscar uma inscrição, associando-se a outros traços. Esse registro é interditado, como pontuamos, justamente porque o falante é

inserido em uma cultura, que se estrutura por intermédio da linguagem, onde o que primeiramente poderia tratar-se apenas de uma descarga de estimulações, pôde ser interpretado e inscrito como uma outra coisa e possibilitar a constituição psíquica deste falante.

Assim, o que marca o funcionamento psíquico do humano não é a existência de uma “primeira experiência de satisfação”, mas a impossibilidade de assegurar-lhe de uma vez por todas uma satisfação plena e única, pois aquilo que é apresentado à criança como o que pode aplacar seu desprazer, favorecendo a descarga de um “excesso” de energia no aparelho, na verdade só o faz de forma parcial.

Considerando o atravessamento do psiquismo pela dinâmica princípio do prazer/princípio da realidade, podemos pensar que no recalque primevo, um representante que se encontra *atado* a uma energia psíquica, apresentada por Freud (1905/1996; 1915a/2004) mais adiante como *pulsão*, tem seu acesso à consciência impedido por trazer-lhe desprazer, ou seja, por ser incompatível com seu funcionamento, mas sua incidência já deixa fixada uma primeira marca no aparelho, a ser continuamente reinvestida. Importante lembrar que o representante, mesmo *fixado* a um investimento pulsional, tem apenas a função de representar essa energia, ou seja, não corresponde inteiramente ao conteúdo pulsional ao qual está atado, reiterando que aquilo que estruturalmente nos marca por incidência do recalque primevo é a inexistência de algo que nos assegure uma satisfação plena.

Justamente porque não há esta satisfação em sua plenitude, ou seja, não é possível um escoamento inteiro e definitivo da energia pulsional, ocorre a ação do *recalque propriamente dito* (ou *pós-calcara*), que visa impedir o acesso consciente de outras cadeias de pensamento e representações que porventura tenham estabelecido *ligações* associativas com o conteúdo outrora recalcado (FREUD, 1915b/2004).

O recalque propriamente dito trata-se, portanto, de um mecanismo que possibilita ao aparelho continuar mantendo afastado da consciência aquilo que primeiramente havia sido rechaçado pelo recalque original. A questão é que apesar disso, chegam à consciência por incidência do recalque representações, que trazem em si traços associativos descendentes de algo anteriormente inscrito, da marca primeira que não pôde ser simbolizada.

Ora, se retomarmos os elementos da história de Katharina, é possível percebermos que aquilo que chega a seu “conhecimento”, os sintomas, as sensações, as palavras, são justamente os derivados do que a princípio foi recalcado e num tempo *depois*, ao ser evocado, foi inscrito como traumático, sendo necessário seu afastamento do domínio consciente por lhe trazer desprazer. Mas Freud (1900/1996) nos mostra já na “*Interpretação dos sonhos*”,

ao situar a existência de um desejo inconsciente, que o psiquismo é marcado por um funcionamento dialético, o que faz com que os “derivados” do trauma compareçam na consciência também como possibilidade de assegurar para si alguma satisfação.

Diante disso, faz-se importante interrogarmos: o que é que se constitui como traumático, a ponto de ser afastado da consciência pela ação do recalque num primeiro momento e, ainda assim, continua a incidir sobre o funcionamento psíquico, *a posteriori*? Somos conduzidos já pelos trabalhos iniciais de Freud com seus pacientes ao ponto de que no cerne da constituição psíquica do falante está o infantil, do qual frequentemente pouco lembramos, por nele já incidir o que nos é mais caro e que é o que sofrerá a ação do recalque primevo: o sexual. (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996; FREUD, 1905/1996).

A incidência do recalque sobre o sexual infantil nos deixará uma lacuna a ser ocupada por outras formulações e construções psíquicas. Entretanto, o que foi recalcado continua a existir sem qualquer organização temporal, contradição ou mesmo continuidade e, como dissemos, está sempre a buscar outras vias possíveis de se fazer representar e de se articular, de tal forma que, se voltarmos nossa atenção para os casos de histeria que Freud nos apresenta nos “*Estudos sobre a histeria*” (BREUER; FREUD, 1893-1895/1996), em especial àquele que anteriormente situamos, é possível notarmos que é com o sexual que Katharina se depara a cada vez em que os derivados do recalque tornam a investir no aparelho e buscam uma representação pela via do sintoma.

A premissa freudiana concebe, então, que a constituição psíquica do falante é marcada pela sexualidade, só se faz a partir dela, e que isso se dá mediante o curso pulsional dos investimentos em todo o corpo e não apenas sobre os genitais, já nos primeiros anos da infância, quando as excitações sentidas como desprazer têm como destino o afastamento da consciência. Ao fazer um corte na possibilidade de que sejamos regidos por uma inscrição biológica dada *a priori*, a incidência do recalque sobre o sexual abre caminho para que a constituição psíquica se dê de uma forma singular, para cada um.

Tendo em vista situar de que maneira se dá essa constituição, é que Freud (1905/1996) nos apresenta nos “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” sua invenção, o conceito de pulsão – *Trieb*, que como já mostramos, se sustenta como uma energia que move o aparelho e que por ser constante, não cessa em não se inscrever. Logo lembramos de *Q*, formulação apresentada por Freud (1950[1895]/1996) ainda em seu “Projeto”, onde já se aponta a suposição da existência de uma estimulação constante no psiquismo, que orienta seu funcionamento. Dessa forma, podemos pensar o conceito de pulsão como um derivado dessa primeira formulação freudiana de *Q*.

A pulsão é sempre inconsciente e dela só temos notícia a partir de sua vinculação a uma ideia ou afeto, ou seja, a um representante, a alguma coisa que está no lugar de outra, tornando-lhe possível uma representação. Tem como componentes: a *pressão* (*Drang*), que consiste na força com que ela investe no aparelho e o dispêndio de trabalho que exige para atingir seu objetivo; a *meta* (*Ziel*), que é sempre a busca pela satisfação; o *objeto* (*Objekt*), através do qual se torna possível à pulsão o alcance de sua meta; e a *fonte* (*Quelle*), que institui o surgimento da pulsão enquanto um representante psíquico, partindo da ocorrência de um processo somático, o que vai ao encontro da descrição dada por Freud (1915a/2004) à pulsão, enquanto uma energia que se encontra na “fronteira”, um “conceito-limite”, entre o psíquico e o somático, que possibilita articular e atar uma coisa na outra.

Notemos que se trata do corpo sofrer as incidências do conflito psíquico, uma vez que a sexualidade como proposta por Freud (1905/1996) não se restringe aos genitais. Deste modo, a construção de uma imagem corporal, dá-se amparada por uma imagem psíquica construída a cada experiência vivida, desde a chegada do *infans* ao mundo, pelos vários estímulos, tanto internos quanto externos. Ou melhor, antes mesmo disso, quando é falada pelo outro.

Afirmamos que os investimentos pulsionais mais primitivos se dão a partir do outro; a criança tem a chance de tomar para si um lugar no mundo, ocupar um espaço com seu corpo psíquico, na medida em que parte de tal investimento, o qual Freud (1905/1996) nomeia de libido, se vale de um objeto para se descarregar; essa estimulação é o que permite à criança circunscrever o que é externo e interno a ela, situando seu corpo enquanto suporte para a atividade psíquica. Em outras palavras, ao chegarmos ao mundo, temos um corpo “físico” que, investido pela pulsão, será atravessado por inúmeras sensações, estimulações, palavras..., e do qual somente nos apropriamos como nosso, aos poucos por intermédio da relação de um outro... *ao Outro* (LACAN, 1968-1969/2008), que possibilita a cada um constituir para si uma representação psíquica singular.

Nesse processo de estimulação e investimentos pulsionais dirigidos ao corpo, temos num primeiro momento, a constituição de um Eu-prazer, onde aquilo que se institui como prazeroso para o aparelho será psiquicamente situado como algo que faz parte do Eu (de uma imagem primeira de si mesmo) e o que causa desprazer será tomado como externo, vindo posteriormente a ser rechaçado da consciência pelo recalque, ainda que lhe tenha feito uma marca (FREUD, 1915b/2004).

A constituição de um Eu-prazer é mediada pela sexualidade a partir do autoerotismo, ou seja, de um investimento libidinal voltado para o corpo, que se faz possível por exemplo,

pela descoberta das zonas erógenas muitas vezes estimuladas no próprio cuidado dispensado pelo outro à criança, ou mesmo pela satisfação das necessidades de autopreservação, possibilitando o estabelecimento de limites para sua estrutura corporal (FREUD, 1914/2004). Mas como há no psiquismo a interlocução entre princípio do prazer e princípio da realidade, não é possível a continuidade do investimento apenas no corpo, é preciso que ele seja deslocado para novos objetos parciais, o que possibilita a formação de um eu-narcísico, ou seja, de uma representação psíquica de si mesmo.

A passagem para constituição de um eu-narcísico, como Freud (1914/2004) propõe, se dá tanto a partir do investimento em um ideal que começa a ser construído, como já pontuamos, antes mesmo que a criança nasça, através do que é dito sobre ela, das apostas sobre quem se tornará e do que *a posteriori* tomará para si como ideal a ser seguido; quanto do direcionamento do investimento libidinal aos objetos do mundo externo, aos objetos de amor, que a princípio serão aqueles que se ocupam do cuidado com a criança.

Somente quando há este endereçamento da libido para outros objetos é que se tornará possível uma “diferenciação” pulsional entre pulsões do eu e pulsões sexuais, um deslocamento do autoerotismo para a constituição de uma identidade narcísica, de uma imagem, processo que é mediado por aquilo a que Freud (1905/1996) nos apresenta como “Complexo de Édipo-castração”, a própria marcação da organização psíquica sexual.

Ao seguirmos esta formulação, ressaltamos que a constituição da sexualidade do falante se dá de forma inconsciente em dois tempos, ou seja, num primeiro momento ainda na infância, e num segundo momento já na puberdade, após um período de latência, o que não quer dizer que esse processo se dê de forma definitiva, linear ou mesmo cronológica, justamente porque aqui conta o tempo do inconsciente, o *nachträglich*.

O que comparece na puberdade *a posteriori* já é fruto da incidência dos efeitos daquilo que ainda na infância foi “notado”, fez marca em determinado momento, mas teve seu acesso à consciência impedido pelo recalque, durante um período de latência (FREUD, 1905/1996). Essa não é, entretanto, uma leitura fechada e determinista de que o que foi vivenciado na infância dirá de forma casualista o que seremos, mas de que o infantil, ou melhor, seus traços, fazem marcas das quais somente temos notícias por seus efeitos num tempo depois e que justamente por isso, podem vir a ser atualizadas, re-situadas no funcionamento psíquico, exigindo uma espécie de confirmação, um novo posicionamento, a cada vez.

A princípio, Freud (1905/1996) mostra que, como expressão de uma sexualidade infantil, num primeiro tempo, a criança toma um de seus pais como objeto de amor

incestuoso. Mas, considerando a existência da diferença sexual, a constituição da sexualidade se dá de formas diferentes para a menina e para o menino (FREUD, 1905/1996; 1924/1996).

No caso do menino, este toma a mãe como objeto de amor e o pai, como o rival. Lembrando que, do ponto de vista pulsional, o objeto é justamente aquilo para onde o investimento será direcionado a fim de que a pulsão possa alcançar sua meta, que é sempre a satisfação. Entretanto, não é possível que a mãe seja para o menino um objeto de amor passível de investimento, trata-se de um objeto interditado. Quando se dá conta da diferença sexual, este pequeno ser começa a considerar que é possível ser castrado, pois se a menina “não tem” o pênis, é porque lhe foi tirado. Será o primeiro embate com sua sexualidade, intermediado pela ameaça de castração e que lhe convocará a assumir uma posição, mediante a constituição da barreira do incesto: “abrir mão” de seu objeto de amor incestuoso, em prol da possibilidade de exercer sua sexualidade endereçando-se a outros objetos, que serão sempre parciais por não conferirem uma satisfação plena, sendo possível a partir disso, uma identificação com o pai, anteriormente tido como rival. A castração para o menino, comparece como a possibilidade de saída do Édipo, ou seja, de constituir para si uma imagem narcísica e uma posição no mundo mediante a renúncia ao primeiro objeto de amor (FREUD, 1925/1996).

No caso da menina, Freud (1925/1996) nos mostra que esta dinâmica se dá por outra via, porque uma vez descoberta a diferença sexual, a castração comparece para ela como algo que já está instituído, levando-a ao que chama de “sentimento de inferioridade”, já que num primeiro momento, a diferença sexual recalcada levou meninos e meninas a acreditarem na existência do órgão sexual masculino em todos os seres, a chamada “primazia fálica”.

Dando-se conta justamente da diferença entre os sexos, à menina comparece a possibilidade de constituir sua feminilidade ao considerar a castração como um fato para ela já “consumado”, submetendo-se ao que de antemão está colocado: que dispõe de um órgão sexual diferente do menino, que esta é uma diferença estrutural entre ambos, e que, para além disso, o que está em questão na constituição da sexualidade não se encerra em uma diferença puramente biológica, mas no reconhecimento de uma diferença de posições, que se estabelece mediado por um terceiro elemento que Freud (1925/1996) nos apresenta como o “falo”.

Neste ponto, acreditamos ser importante situar o retorno de Lacan à Freud sob a premissa do inconsciente estruturado como uma linguagem, a partir do qual relê o mito de Édipo resgatado por Freud para mostrar a constituição psíquica do falante pelo viés da sexualidade – nossa marca estrutural –, com os registros do real, simbólico e imaginário.

Retoma o conceito de “falo” apresentado por Freud como aquilo que orienta as mudanças de posições da menina e do menino no Complexo de Édipo-Castração, situando-o como o objeto do desejo da mãe, a partir do qual o menino, num primeiro tempo se identifica imaginariamente, se aliena, desejando inconscientemente ser para a mãe o objeto de seu desejo, “ser” o falo. A questão é que do desejo nada sabemos e não há como tamponá-lo com qualquer objeto que seja; a criança nesta dinâmica é apenas um objeto parcial e isso já lhe dá o indicativo de que não pode “ser” o falo porque na relação com a mãe há um mais além que precisa ser contado e se fazer contar (LACAN, 1957-1958/1999).

O falo, Lacan (1957-1958/1999) nos chama atenção de que não se trata puramente do órgão sexual masculino como por vezes foi tomado, mas daquilo que se coloca como objeto do desejo da mãe, um representante desse desejo e que pode vir a se tornar simbólico, na medida em que se faz possível para o pai, com sua palavra, mediado pela mãe, exercer sua função como agente da lei, ou seja, como aquele que priva à mãe do objeto de seu desejo.

Nesse segundo tempo que Lacan (1957-1958/1999, p. 209, *grifo do autor*) situa como sendo o da privação, estabelece-se do lado da mãe o limite do “*não reintegrarás teu produto*”, apontando-lhe que não há objeto que tampona a falta que lhe é estrutural e que não poderá ter o objeto fálico, ao mesmo tempo em que para a criança se coloca o aceite ou recusa dessa interdição, do limite colocado à mãe pelo pai.

Essa dinâmica carece ainda de um terceiro tempo, em que no nível simbólico, o pai se coloca como aquele que “tem” o falo, não como aquele que o é, e isso faz diferença, pois na medida em que ele o tem, pode dá-lo à mãe, podendo “[...] produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 200).

Para o menino, ao reconhecer e aceitar o pai como aquele que pode privar a mãe do objeto fálico, comparece o que Freud (1924/1996) já anunciava como a identificação a esse pai que “tem”, colocando-se dentro disso a possibilidade de constituir-se como sujeito que fala e deseja, que traz em si a marca de uma falta estrutural, que é a própria falta de objeto. Para a menina, por sua vez, esse terceiro tempo que definitivamente não se instaura em uma via cronológica, permite no reconhecimento do pai como aquele que “tem”, o endereçamento a ele, e diante disso a constituição e a assunção de sua feminilidade a partir de uma identificação com a mãe, que “não tem” e que para ter, precisa direcionar-se ao pai.

Assim, a constituição do psiquismo, a representação do corpo para além de uma estrutura biológica e a circunscrição de uma posição estrutural no mundo é mediada pela constituição da sexualidade, quer dizer, pelos investimentos libidinais autoeróticos de

natureza pulsional que, de início, permitem à criança contornar seu próprio corpo a partir da estimulação de zonas erógenas; pela relação incestuosa e ambivalente que estabelece um tempo depois com aqueles que lhe dispensem cuidados; pela possibilidade de simbolizar de forma única um corpo inicialmente esfacelado, mas que é constantemente atravessado por estímulos, investimentos pulsionais, representações, ou como nos mostra Lacan (1957-1958/1999), por significantes, que compõem e estruturam o falante.

O funcionamento psíquico é, portanto, marcado pela maneira como é possível a cada um elaborar o conteúdo da trama da sexualidade infantil, por intermédio do Complexo de Édipo-castração, que traz em si a marca da interdição do investimento em um primeiro objeto de amor. Essa interdição é, sob o ponto de vista freudiano, fruto da existência de uma dialética entre as instâncias que compõem o psiquismo, de um conflito de natureza pulsional, onde diferentes pulsões buscam assegurar para si satisfações diversas, garantindo que um determinado conteúdo recalcado possa continuar a investir inconscientemente, exatamente porque como pontuamos, a pulsão é uma energia que não pode ser destruída, cujo investimento é constante (FREUD, 1915a/2004).

Contando exatamente a incidência da dialética psíquica, Freud (1915a/2004) mostra que essa constância do investimento pulsional se dá porque por mais que a pulsão, em vistas de se fazer representar, encontre para si uma ideia (*Vorstellung*) a qual possa vincular-se, não é toda a pulsão que se fixará em um representante. Há uma parte do investimento que não se liga a qualquer representação.

É para esta parte não investida da pulsão que Freud (1915/2006) nos chama atenção quando apresenta o funcionamento do inconsciente, buscando não o reduzir puramente ao conteúdo recalcado e a seus derivados, justamente por haver uma parte do investimento pulsional que não foi simbolizada, e que remete à marca primeiramente inscrita no psiquismo, a própria marca da falta de objeto. Diz-nos ele:

Em resumo, poderíamos comparar o conteúdo do Ics a uma população psíquica ancestral. Se for verdade que há no homem formações psíquicas herdadas, talvez semelhantes ao instinto [*Instinkt*] animal, elas seriam o cerne do Ics. A esse cerne acrescentam-se mais tarde os conteúdos que foram descartados durante o desenvolvimento infantil como sendo inúteis, mas que por sua natureza não são necessariamente diferentes dos conteúdos herdados (FREUD, 1915/2006, p. 44).

Assim, no inconsciente proposto por Freud (1915/2006, p. 37) há apenas “conteúdos preenchidos com cargas de investimento”, ou seja, pulsões que buscam assegurar para si um grau de satisfação, e que mesmo apresentando finalidades distintas e por vezes contraditórias,

investem lado a lado. Mas como já pontuamos, a satisfação pulsional jamais é alcançada de forma plena, há uma diferença entre aquilo que é exigido e o que efetivamente pode ser alcançado, de tal forma que a parte da pulsão que não pôde ser satisfeita, ou seja, que não se vinculou a uma ideia, está destinada a insistir no aparelho, ou como Freud (1920/2006) nos diz, a repetir-se compulsivamente mediante a falta de um objeto que possa satisfazê-la.

Neste ponto, afirmamos que a satisfação de uma pulsão não se coloca ao cabo de uma meta final; a satisfação pulsional se dá no seu percurso e diz da possibilidade que ela tem de descarregar sua energia a partir do investimento em objetos. Isso explica, por exemplo, o fato de um trauma, que é tomado como algo desprazeroso, ainda assim, insistir em se fazer “lembrar”. Ou seja, por mais que consideremos que sobre o dinamismo psíquico incide a interlocução entre princípio do prazer/princípio da realidade, que tem como cerne a evitação do desprazer, isso nem sempre acontece; o que comparece é na verdade uma *tendência* (podemos chamar, uma pulsão) que insiste em não se fazer representar na dinâmica do aparelho, em busca de prazer, e isso inclui um fosso (FREUD, 1920/2006).

A possibilidade de que a satisfação pulsional possa também se dar pela via do desprazer é algo que chama a atenção de Freud (1920/2006) e o faz atualizar novamente sua leitura do funcionamento do psiquismo. Chega a este ponto justamente a partir do infantil, quando observa na brincadeira da criança, a simbolização das idas e vindas da mãe, sua presença/ausência, tão crucial na dinâmica do Complexo de Édipo-castração. Pelo jogo do *fort-da*, interroga-se sobre o motivo de uma criança repetir incansavelmente uma experiência que a princípio poderia ser vista apenas como desprazerosa, por apontar que a mãe não está sempre ali e que há também algo mais que tem seu interesse, mostrando à criança seu próprio limite, sua falta.

Por considerar o atravessamento do funcionamento psíquico por uma dialética pulsional, onde aquilo que se constitui como desprazer para uma instância pode ser ao mesmo tempo, prazeroso para outra, Freud (1920/2006) propõe um segundo dualismo pulsional, indicando que o psiquismo é atravessado pela ação dialética da pulsão de vida (pulsões sexuais e pulsões do eu) e da pulsão de morte, onde por um lado, há um funcionamento que impele a conduzir o eu a um estado de desagregação, à morte, à eterna busca por uma primeira marca psíquica que não pôde ser representada, por um primeiro objeto de amor que fora interdito; e por outro lado, um movimento em direção ao prolongamento da vida, a um investimento em novos traços, em novas formulações. A partir desse dinamismo dialético é possível perceber que o desprazer se coloca mesmo quando há o prazer e que o prazer não se

dá de forma completa, pois isso levaria nos termos da formulação do aparelho psíquico, ao seu esvaziamento (FREUD, 1920/2006).

Assim, a cada vez que uma pulsão busca satisfazer-se a partir do investimento em um objeto que lhe confira uma satisfação plena, o que ela está destinada a encontrar é a ausência desse objeto, um vazio, cujo encontro por ser desprazeroso, é evitado. Desse não encontro com um objeto que lhe aplaque, há um “resto” pulsional, uma “sobra,” que faz com que a pulsão se coloque a reinvestir no aparelho, a ligar-se a outros representantes mentais e objetos parciais, numa busca que não se dá de forma aleatória, mas que traz em si o retorno aos traços que primeiramente fizeram marcas no psiquismo, os traços do infantil recalçado, e dentro disso, a possibilidade de atualizá-los, de (res)significá-los.

Ao contar a existência de um “mais além” do princípio do prazer, Freud (1920/2006, p. 148) demonstra a ação no psiquismo de uma “compulsão à repetição”, o próprio reinvestimento do resto pulsional no aparelho que, frente à dialética presente no funcionamento psíquico, não pôde se fazer representar e que está, como nos diz Lacan (1957-1958/1999, p. 43) “*unterdrückt*”, “caído nas profundezas”.

A repetição se dá em ato (*acts it out*), e não como um comportamento, nos lembra Lacan (1964/2008), exatamente porque um “ato” é aquilo que toma de surpresa o falante, que a ele se impõe como algo do qual não pode se desvencilhar e, a cada vez, nas voltas da pulsão em torno do vazio, o coloca frente ao que inconscientemente lhe sobredetermina, seu desejo, àquilo que não sabe, mas ao qual ainda assim encontra-se submetido.

É a partir disso que Freud (1923/1996; 1937/1996) propõe uma segunda tópica para a leitura do dinamismo psíquico, em que Eu, Isso e Supereu comparecem como instâncias que se constituem a partir dos efeitos da existência de um funcionamento inconsciente; “o eu não é o senhor da sua própria casa” (FREUD, 1917/1996, p. 153), há um mais além, que instaura de antemão a impossibilidade de o inconsciente se fazer consciente por trazer em seu cerne aquilo que o funda, o recalque primevo.

Ora, daquilo que situamos como a leitura da segunda tópica freudiana que nos anuncia a existência de um “mais além” cuja marca é o reinvestimento de um resto pulsional no aparelho, produto da ação dialética da pulsão de vida/pulsão de morte e da inexistência de um objeto que aplaque de uma vez por todas o investimento da pulsão, apontamos, tomando o que Lacan (1964/2008) nos mostra, que o inconsciente freudiano é a hiância, a fenda, o fosso, o que não pôde se fazer representar, o “não-realizado”, destinado a insistir no funcionamento psíquico e a comandá-lo, produzindo-se no tropeço de suas (de)formações, sempre faltosas.

É justamente no tropeço, naquilo que, como Lacan (1964/2008) nos diz, se produz como um “achado”, que é possível a notícia desse “comando” ao qual estamos submetidos, que é a sobredeterminação inconsciente. Não por acaso, tomamos aqui o relato de Freud (1901/1996) sobre o esquecimento de um nome próprio, que, por um lado aponta a impossibilidade do *Herr*, que fora recalcado, chegar ao pré-consciente, e por outro a possibilidade de ligar-se a outra palavra, o *Signor-elli*, também elidida, mas capaz de evocar outras articulações pela via da linguagem.

Sobre as circunstâncias deste esquecimento, Freud (1901/1996) nos diz que viajava em direção à *Herzegovina* e na conversa com seu companheiro de viagem, este perguntou-lhe “[...] se ele já estivera em Orvieto e se vira ali os famosos afrescos pintados por...”. É aí que Freud esquece o nome *Signorelli*, autor dos afrescos em questão, ocorrendo-lhe paralelamente outros dois nomes – *Boltraffio* e *Botticelli* – que ele diz “saber” não se tratar do nome que acabara de esquecer.

Ao pensar sobre o que estava em questão neste esquecimento, Freud (1901/1996) se lembra que anteriormente havia conversado com seu companheiro de viagem sobre os costumes adotados pelos turcos que moram na *Bósnia* e na *Herzegovina*, estando entre estes costumes a acentuada confiança sobre o dito médico e sobre aquilo que o destino coloca, de maneira que, quando já não há mais o que fazer em relação a determinado paciente, esses turcos dizem: “*Herr* [Senhor], o que se há de dizer?” (p. 20, *grifo do autor*).

Associativamente, Freud (1901/1996) lembra-se ainda do grande valor atribuído pelos turcos ao gozo sexual e, em seguida, recorda a notícia que recebeu quando estava em *Trafoi*, de que um paciente seu havia cometido suicídio ao descobrir-se com um “distúrbio sexual incurável” (p. 21). A morte e a sexualidade são, então, os temas que haviam sido afastados da consciência de Freud, em um primeiro momento, e acabaram por associar-se ao nome *Signorelli*, esquecido *a posteriori*.

Freud (1901/1996) nos chama atenção para as palavras que lhe ocorrem ao tentar lembrar do nome que esquecera, fruto do reinvestimento da pulsão em busca de algo que não está mais lá, e nos mostra como estas palavras estavam associadas por seus fragmentos, ao nome *Signorelli*: *Boltraffio*, *Boticelli*, *Bósnia* – *Trafoi*; *Herzegovina*, *Herr* – *Signor*; *Boticelli* – *Signorelli*.

Podemos constatar que mesmo tendo esquecido num primeiro momento o *Signorelli*, as palavras que se seguem no relato de Freud (1901/1996), por associação, nos dão a notícia do conteúdo que provocou o esquecimento, ou seja, estão ligadas ao que foi recalcado o qual,

como já pontuamos, só pode vir a ser representado de forma parcial e incompleta. Diante disso, Freud (1901/1996, p. 21) nos diz:

Já não me é possível considerar o esquecimento do nome *Signorelli* como um evento casual. Sou forçado a reconhecer a influência de um *motivo* neste processo. Foi um motivo que fez com que eu me interrompesse na comunicação de meus pensamentos (a respeito dos costumes dos turcos etc.), e foi um motivo que, além disso, influenciou-me a impedir que se conscientizassem em mim os pensamentos ligados a eles, que tinham levado à notícia recebida em Trafoi. Eu queria, portanto, esquecer algo; havia *recalcado* algo. É verdade que não queria esquecer o nome do artista de Orvieto, mas sim outra coisa – essa outra coisa, contudo, conseguiu situar-se numa conexão associativa com seu nome, tanto que meu ato de vontade errou o alvo e esqueci *uma outra coisa contra minha vontade*, quando queria *esquecer intencionalmente a outra*. A aversão ao recordar dirigia-se contra um dos conteúdos; a incapacidade de lembrar surgiu no outro. (*grifo do autor*).

O esquecimento do nome próprio *Signorelli* já nos mostra aquilo que é a aposta de Freud, seu trabalho clínico a partir do endereçamento da fala a um outro, podemos dizer, da *transferência* – conceito que abordaremos adiante enquanto o que possibilita a sustentação desse trabalho –, tomando como princípio que a fala ao ser endereçada também traz em si as marcas da sobredeterminação inconsciente, indicando através do dito, que algo deixou de ser dito, deixou de ser enunciado. Verdadeiramente, é esse “não dito” que interessa à Freud em sua prática clínica, na escuta de seus pacientes, como aposta de que aquilo que comparece na fala, enquanto efeito da sobredeterminação inconsciente, precisa ser escutado e não abarrotado de sentidos.

Lacan (1957-1958/1999; 1964/2008) relê o inconsciente pulsional freudiano, partindo de estudos em áreas como a linguística saussuriana e o estruturalismo de Lévi-Strauss e propõe que o inconsciente, na medida em que se estrutura como uma linguagem, deve ser “lido” a partir dos significantes, das letras, das metáforas, das metonímias..., daquilo que compõe o funcionamento da linguagem.

Tomando a primazia do significante na linguagem como algo que não se encontra atado em um significado, e que na verdade, não significa nada, onde sua natureza está justamente em poder articular-se a outros significantes e cadeias, é que se dá a aposta na atualização da realidade psíquica inconsciente, ou seja, daquilo que contamos como sendo a nossa própria história, quando endereçamos a fala a um outro, desde que essa fala seja escutada, diz-nos Lacan (1957-1958/1999), sob o eixo do significante.

Assim, ao *ler* o esquecimento do nome *Signorelli* trazido por Freud (1901/1996), Lacan (1957-1958/1999) nos chama atenção para o fato de que o que foi recalcado por Freud não foi o *Signorelli* – pois o *elli* comparece em *Botticelli*, mas apenas o fragmento *Signor*,

que ao ser elidido, pôde se articular com o *Herr* e dizer algo mais: da morte enquanto *Herr* (Senhor) absoluto, que se faz escapar a qualquer saber, inclusive o médico.

Se o *Signor* foi recalcado, trata-se de outra coisa que não apenas do “esquecimento de um nome próprio”. Partindo das palavras que se impõem à Freud ao tentar lembrar do “*Signorelli*” enquanto o que outrora havia sido esquecido (*Boltraffio* e *Botticelli*), Lacan (1957-1958/1999) trabalha com os significantes *bo*, *traffio* e *elli*, ruínas metonímicas do que havia “caído nas profundezas”, do que não foi enunciado e que por associações, evocou à Freud: “*Bósnia-Herzegovina*”, a resignação dos turcos que lá viviam frente à doenças incuráveis (“*Herr* [Senhor], o que se há de dizer?”) e, finalmente, a lembrança da notícia recebida em *Trafoi*, sobre o paciente de Freud que cometeu suicídio após descobrir-se com uma disfunção sexual.

É essa a lembrança que, segundo Lacan (1957-1958/1999) nos dará o indício de que o *Signor* recalcado – *verdrängung* – assim o foi porque ao substituir o *Herr*, sua tradução para o italiano, pôde pelo processo da metáfora e pela associação presente na fala de Freud, dizer de um outro sentido que não apenas “Senhor”, mas de um *Herr* absoluto, a morte, indizível, inapreensível e sobre a qual não há saber que lhe impeça de ir à cabo. Assim, numa articulação significativa, Freud esquece o *Signor-elli*.

Como pontuamos, o significante tem em sua natureza o fardo de poder articular-se, e isso se dá seja pela via da metáfora, seja da metonímia, formulações que compõe e estruturam a linguagem. A metáfora é o que comparece no nível da *substituição*, porque há aí a possibilidade de, numa substituição de um significante por outro, advir um novo sentido, uma outra articulação, na medida em que o significante não circunscreve um significado fechado, faz parte de uma cadeia composta “[...] por uma série de anéis que se prendem uns aos outros para constituir cadeias, as quais, por sua vez, prendem-se a outras cadeias à maneira de anéis” (LACAN, 1957-1958/1999, p. 34).

Quando retoma ao *Signorelli*, Lacan (1957-1958/1999) nos chama atenção ainda para o fato de que Freud (1901/1996) ao tratar do esquecimento do que acreditou ser o de um nome próprio, nos remete primeiramente ao nível da metonímia, da *combinação* indireta de significantes que só podem dizer alguma coisa quando são *lidos* dentro de uma cadeia de associação, da associação livre, aposta do trabalho clínico de Freud (1912b/1996). A metonímia não é a combinação propriamente dita, mas pela combinação dos significantes pode comparecer e nos dar a notícia do conteúdo outrora recalcado. É daí que Lacan (1957-1958/1999) nos diz que não há metáfora sem metonímia e que nas formações do inconsciente, é preciso que busquemos sempre pelos restos do que se constitui como objeto metonímico,

daquilo que foi perdido e nos coloca frente à possibilidade de produzir novas articulações, novos sentidos.

Assim, tendo em vista situarmos a especificidade de uma prática psicanalítica, buscamos até aqui mostrar do que se trata o inconsciente proposto por Freud e revisitado por Lacan *a posteriori*, sob a premissa do inconsciente estruturado como uma linguagem, que traz em seu bojo a aposta de que o inconsciente pode vir a se atualizar, a cada vez, pela via da repetição, nas articulações do significante, reconstruídas sob as vestes da metáfora e da metonímia, exatamente porque não encontra-se submetido a uma temporalidade cronológica, está sob os efeitos do *nachträglich*.

Lembrando que a questão que nos acossa e que aqui buscamos desenvolver é “a que parâmetros deve o psicólogo estar submetido a fim de dirigir uma prática psicanalítica”, situamos neste capítulo que, em parte, um trabalho com a psicanálise se faz tomando como sustentação os *conceitos* apresentados por Freud, advertidos por aquilo que Lacan (1964/2008) nos apresenta sobre a noção de *conceito* no campo psicanalítico, enquanto algo que inclui em si, uma fenda estrutural, uma cisão, na medida em que comparece sempre como um corte em uma ordem já disposta.

Não à toa, para falar da noção de conceito na psicanálise, Lacan (1964/2008) a aproxima do cálculo infinitesimal, exatamente para mostrar que a circunscrição de um conceito àquilo que ele nomeia somente pode se dar por uma aproximação, por um “salto” (p. 27), o que implica sempre uma falta, um ponto que deixa de ser incluído nessa passagem. Situa, então, que o conceito de inconsciente – *Unbewusste* – é marcado por um limiar, o *Unbegriff* – in-conceito – que não é outro, senão a própria hiância, a própria impossibilidade de atribuir ao inconsciente uma definição pronta, fechada, já que os conceitos na teoria psicanalítica se dão dinamicamente, na relação que estabelecem entre si e é somente nesta relação que eles podem ser lidos.

Por considerar que naquilo que o conceito nomeia, há algo que lhe escapa à circunscrição, é que se faz possível, a cada vez, o retorno à teoria sempre como algo que pode abrir para novas construções. Consideramos que a direção de uma prática com a psicanálise se faz tomando como baliza a teoria da prática construída por Freud, mediante as questões que advinham de seu trabalho na clínica, dos tratamentos que conduzia, o que nos mostra que é a clínica que dá os direcionamentos para a atuação em qualquer campo ou espaço, a partir de um trabalho de fala e escuta. É partindo desta formulação e do trabalho com os conceitos, que buscamos situar adiante a possibilidade de o psicólogo vir a dirigir uma prática com a psicanálise.

3 PARÂMETROS PARA A DIREÇÃO DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO

Tendo em vista apresentarmos neste capítulo algumas considerações acerca da direção do tratamento psicanalítico, buscando apontar balizas para o direcionamento de uma prática pelo psicólogo a partir da psicanálise, faz-se importante situarmos brevemente, como ponto de partida, o percurso que traçamos.

Mostramos até aqui que a constituição psíquica do falante é marcada pela incidência daquilo a que Freud (1915b/2004) nomeia de recalque primevo, ou seja, a perda de um registro anterior, que sequer pôde tornar-se assimilável e que estabelece um corte na possibilidade de sermos regidos por uma inscrição biológica dada de antemão. Apontamos ainda que diante dessa perda, da qual só temos notícias por seus efeitos, incide no psiquismo uma dialética pulsional que situa para o falante a inexistência de um objeto que aplaque de uma vez por todas o investimento da pulsão. Frente ao fato de que esse investimento é direcionado a objetos parciais e que a satisfação pulsional possível se dá nesse percurso, mostramos com a formulação do “mais além do princípio do prazer” que há um resto pulsional que sobra, que não pôde ser investido e que está destinado a repetir-se compulsivamente no aparelho psíquico, enquanto expressão da busca por um objeto que não há.

Ao nos voltarmos ao percurso freudiano, vemos que é justamente nesse ponto do automatismo do funcionamento da compulsão à repetição que Freud (1937/1996) nos deixa em sua formulação teórica; não à toa, põe-se a interrogar sobre o fim da análise, sobre qual seria o trabalho possível na clínica, visto que o psiquismo é atravessado por um conflito pulsional entre instâncias psíquicas diversas, que não pode ser sanado e que atualiza-se a cada vez, a cada nova volta do circuito pulsional, pela via da repetição. Ora, se o psiquismo tem seu funcionamento submetido ao automatismo da repetição, o que promove um tratamento psicanalítico? Parece-nos ser esta a questão com a qual Freud (1937/1996) se debate e é dela que partiremos neste capítulo para pensarmos a possibilidade de o psicólogo vir a dirigir uma prática psicanalítica.

Para irmos adiante, situamos que ao retornar à obra freudiana sob a premissa de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é Lacan (1964/2008) quem nos oferece uma outra possibilidade de leitura do conceito de repetição ao endereçar-se às formulações aristotélicas de *tiquê* e *autômaton*, a partir das quais mostra que a clínica psicanalítica traz em seu cerne o que ele nomeia de *real*. Para pensarmos esta articulação, lembremos primeiramente de que o inconsciente freudiano traz em si a marca de uma hiância estrutural,

da própria falta de objeto, e Freud (1900/1996) já no início de sua proposição teórica nos chama atenção para este ponto quando mostra que há sempre uma parte do sonho que é inapreensível, que não admite nenhuma representação, o umbigo do sonho, em torno do qual toda a formação onírica se desenlaça como efeito da existência de um desejo inconsciente.

Da incidência do recalque primevo, ao caráter inapreensível do umbigo do sonho, o que é que se coloca? Que algo foi perdido, não pôde se fazer representar, ou seja, permanecerá para sempre, como anteriormente pontuamos, *unterdrückt* (LACAN, 1957-1958/1999), caído nas profundezas. Mais adiante, em seu Seminário 11, Lacan (1964/2008) trabalha com isso que está caído, perdido, e mostra que a constituição psíquica do sujeito, que se funda enquanto efeito de linguagem, ou seja, é marcada pela incidência do simbólico, traz em si um ponto inabordável, inassimilável, que é o que nomeia de real.

O real, é com isso que Freud (1920/2006) se depara quando nos apresenta a formulação do trauma psíquico, daquilo que marca para sempre o funcionamento do sujeito e que frente à existência de uma dialética pulsional no psiquismo – pulsão de vida, pulsão de morte – aponta um mais além do princípio do prazer, quando mesmo trazendo desprazer ao aparelho, insiste continuamente em não se fazer inscrever. Submetidos à ação da compulsão à repetição, do investimento constante de um resto pulsional que não pôde encontrar para si uma via possível de simbolização, vemo-nos então comandados por algo que “retorna sempre ao mesmo lugar” (LACAN, 1964/2008, p. 55), com o qual estamos destinados a esbarrar, mas que, ao mesmo tempo, escapole.

É partindo desse ponto, do real enquanto inassimilável, que precisa ser contado na direção de uma prática psicanalítica, que Lacan (1964/2008, p. 59) se vale da formulação aristotélica da *tiquê*, ressitua-a como “encontro do real”; e é enquanto *tiquê*, ou seja, pela via do encontro do real, como algo que é sempre faltoso e que está para além do simples retorno – *autômaton* – da rede de significantes à qual estamos submetidos, que somos convidados a reler o conceito de repetição.

Partindo dessa formulação lacaniana, podemos pensar que a repetição comparece frente ao que não pôde admitir qualquer possibilidade de inscrição pela via da linguagem, trata-se de um mecanismo que se coloca enquanto tentativa de circunscrever algo que falta e que, diante dessa ausência, denuncia a fenda, a divisão (*Spaltung*) do sujeito, tal como Lacan (1964/2008) nos mostra ocorrer com o *fort-da*; ao mesmo tempo em que a repetição destes significantes comparece como algo que remonta à ausência, nua e crua, da mãe é também o que possibilita ao sujeito a tentativa de circunscrever esta ausência com significantes, a cada

vez em que ela é atualizada pelas idas e vindas maternas, com o jogo do aparece/desaparece, vai/volta do carretel.

Quando tomamos a leitura lacaniana da repetição como encontro do real, para além do automatismo em que Freud (1937/1996) nos deixa, consideramos a abertura de um outro caminho para o trabalho com a psicanálise; contamos que aquilo que se repete pode nos dar o indicativo não apenas dos significantes que marcam a história de cada sujeito, mas do ponto estrutural ao qual o sujeito vê-se frequentemente convocado a retornar. Este retorno se presentifica em ato, como nos diz Lacan (1964/2008), se impõe, e ao mesmo tempo em que aponta para algo que não pôde ser simbolizado e que por isso, repete, é também onde reside a aposta do trabalho com a psicanálise, quando consideramos que a cada retorno, uma nova articulação dos significantes pode vir a ser possível se àquele que se coloca a dirigir esse trabalho está atento ao que vige para além da linearidade da fala.

Enquanto psicólogos na direção de uma prática psicanalítica, é preciso então contarmos, de início, que o sujeito é marcado por uma falta estrutural e, diante disso, não pode ser apreendido, somente pode se fazer representar por um significante na relação com um outro significante, mediante suas articulações em cadeia, já que um significante sozinho não significa nada.

Por se constituir a partir da incidência da linguagem, e para além disso, por sua inscrição em uma matriz simbólica, que diz do conjunto de significantes que lhe são endereçados por um Outro antes mesmo que este sujeito venha ao mundo com seu corpo físico, e também após essa chegada, é que se faz possível para este sujeito não apenas a construção de uma imagem psíquica, mas para além disso a constituição de uma posição estrutural no mundo, da qual só temos notícia, *a posteriori*, pela repetição dos significantes que lhe circunscrevem e representam, posição que traz em si também a marca do real enquanto o que escapa a qualquer possibilidade de inscrição.

É preciso que o psicólogo na direção do tratamento psicanalítico escute o que se repete como marca da posição estrutural que cada sujeito ocupa no mundo e isso implica, desde já, que a possibilidade deste trabalho comparece exatamente quando o psicólogo se exime daquilo a que com frequência é convocado: de dar um sentido à fala que lhe é endereçada.

Quando trazemos a noção de posição estrutural, queremos chamar a atenção justamente para o ponto de que o sujeito está para além da constituição de uma imagem, está para além do que poderíamos nomear, com Freud (1923/1996), de uma instância egóica, já que o “eu” sempre claudica no ponto mesmo em que se estrutura como efeito de uma

sobredeterminação inconsciente, de um saber que lhe sabe e que ao mesmo tempo, já está perdido. Este saber faz furo na pretensa tentativa de dizer “eu sou...”, “eu quero...” quando contamos que uma parte do eu é inconsciente, o que anuncia um desencontro entre aquilo que o analisando diz querer e aquilo que ele inconscientemente deseja. Não há, portanto, uma equivalência neste funcionamento, há uma dialética que deixa de ser contada quando o direcionamento da intervenção do psicólogo se dá unicamente à dimensão egóica.

É para este ponto que Lacan (1958/1998) nos chama atenção quando, ao interrogar-se sobre “*quem analisa hoje?*”, discute sobre a leitura que os pós-freudianos vinham fazendo da teoria psicanalítica apresentada por Freud; mostra que reduzir o funcionamento do sujeito unicamente a essa dimensão egóica, aos mecanismos de defesa do eu, a uma leitura da teoria freudiana puramente pelo eixo imaginário, conduziria o analisando a uma reeducação emocional, cujo resultado seria muito mais próximo de uma identificação imaginária desse analisando com o analista, do que, de fato, dar lugar no tratamento ao desejo do sujeito, que “[...] é o que mantém a direção da análise” (p. 642).

Pensar então a possibilidade de um trabalho com a psicanálise, nos convoca a contar a existência de uma dialética inerente ao funcionamento do sujeito, que se instaura na medida em que o humano é não só atravessado pelo registro da linguagem, como também se vê submetido aos efeitos desse atravessamento.

Isso significa considerar, como já mostramos, que uma criança quando vem ao mundo não tem ainda circunscritos os limites de seu próprio corpo, tampouco podemos pensar a princípio na existência de um *sujeito*; é a partir dos investimentos que este pequeno ser receberá, sob a forma das palavras, do olhar, do toque ou podemos dizer, dos significantes que lhe são endereçados por um Outro – “sede da fala” e dos significantes (LACAN, 1957-1958/1999, p. 14) –, encarnado a princípio pela mãe ou por quem dele se ocupa, que será possível não somente a constituição de uma imagem para si, mas o reconhecimento dessa imagem como sua, e assim, a estruturação do “eu”.

Para o psicólogo, na direção de um tratamento psicanalítico, é fundamental estar “atento” a este processo, porque é no atravessamento do *infans* pela linguagem, nesse corte, que reside a possibilidade de que a constituição psíquica se dê de forma singular para cada um. E Freud (1905/1996) já nos chama atenção para isso quando mostra que a história que o falante traz é atravessada pelo infantil, por aquilo que ainda na infância lhe marcou, e que são essas pistas que denunciam aquilo que poderíamos pensar como sendo da ordem de uma posição estrutural e singular.

Lacan (1949/1998, p. 97) indo adiante em sua teorização sobre a constituição do sujeito (*Je* [eu]) nos mostra que essa constituição somente se faz possível quando, num primeiro momento, o *infans* vê-se diante de uma “assunção jubilatória de sua imagem especular”, uma precipitação, ou seja, quando ainda de forma prematura é convocado na relação com o outro a assumir uma “imagem” – “tu és isto” – diante de um corpo inicialmente esfacelado; é certo que essa dinâmica toda não se dá de uma hora para outra, tampouco de forma linear, visto que a princípio a criança pode até ser apresentada a uma imagem, mas ela ainda não se reconhece naquilo que é apresentado. É somente quando o outro aponta para ela que aquela imagem é sua, que essa precipitação pode se dar, ou seja, que se faz possível a circunscrição daquele corpo inicialmente fragmentado, desconjuntado, por uma imagem totalizante, una, apresentada e autenticada pelo Outro.

Conta-se que a constituição da imagem já se dá a partir da incidência do Outro, quando antes mesmo que este *infans* venha ao mundo com sua presença física, já se antecipa para ele um Ideal de como será, exatamente por estar inserido em um mundo de linguagem, ideal que investido por significantes, circunscreve para o sujeito o protótipo de uma posição na cadeia significante, que lhe causa.

A questão é que essa imagem não se sustenta por si só. Se não há um corte, a criança pode ficar eternamente alienada na relação de júbilo com a mãe, que lhe aponta a imagem sem furos como sendo sua. Considerando que a temporalidade que rege o processo de constituição do sujeito não se submete a uma via cronológica, mas se desenlaça em um tempo outro, que é o *nachträglich*, nota-se a insistência do simbólico em todo este processo.

É num instante *a posteriori*, quando em meio à alienação imaginária, pela dinâmica do Complexo de Édipo-castração se aponta à criança um “mais além”, que é o pai, para onde também se direciona o investimento da mãe, que um corte pode ser feito nessa relação dual entre a mãe e a criança; considerando as incursões dos diferentes tempos do Complexo de Édipo-castração, como já apontamos anteriormente, vemos que num dado momento o pai, a partir da mediação da mãe, comparece como agente da lei, como aquele que priva a mãe de seu objeto de amor e assim confronta à criança com o dilema de abrir mão do objeto de amor incestuoso, em prol da possibilidade de constituir-se enquanto sujeito desejante, endereçando seu investimento libidinal a outros objetos parciais (LACAN, 1957-1958/1999).

A partir do estágio do espelho e, *a posteriori*, pela elaboração da trama do Complexo de Édipo-castração é que se torna possível para a criança ascender a uma posição simbólica, em que não apenas se reconhece em uma imagem, mas identifica-se a uma posição estrutural na matriz simbólica, atribuída por um Outro, em que inicialmente se precipitou. Assim,

apontamos que o processo de constituição do sujeito é marcado por aquilo que Lacan (1961-1962/2003) nos apresenta como uma identificação simbólica, em que o sujeito se identifica com o significante, submetendo-se aos efeitos de sua incidência. Lembremos neste ponto da definição lacaniana de que o significante não significa coisa alguma, ou seja, não pode ser reduzido nem a um significado nem a um outro significante, já que a marca estrutural do significante, diz-nos Lacan (1961-1962/2003) é ser constituído enquanto pura diferença, é “ser o que os outros não são” (p. 28).

A identificação, assim, enquanto a possibilidade de o humano fazer laço (FREUD, 1921/1996) ao endereçar-se aos outros, não se confunde com “fazer um”, com uma igualdade; ao ser tomada enquanto identificação com o significante, é o que possibilitará a constituição do sujeito enquanto sujeito dividido, que somente pode ser representado por um significante na relação com outro significante (LACAN, 1961-1962/2003).

Considerando que aqui estamos apresentando o funcionamento mental da neurose, apontamos então que a identificação com o significante abre espaço para que se instaure a diferença entre *je* ([eu]) e *moi* (eu); podemos pensar o *je* enquanto submetido ao registro simbólico, enquanto sujeito do inconsciente que tem seu dinamismo totalmente alienado ao significante e do qual somente temos notícia por suas passagens que indicam uma descontinuidade, um desencontro com o registro imaginário; o *moi*, por outro lado, pode ser lido como essa instância egóica, imaginária, que se acredita totalmente senhora de si, mas que na verdade vê-se cindida a cada vez em que se depara com algo que advém do *je*, o que faz um furo na imagem narcísica.

Esta distinção é um ponto crucial na visada da direção de uma prática psicanalítica, que tem como mote levar o sujeito a sua divisão, à fenda. É o que nos impede, por exemplo, de tomar o inconsciente meramente por suas (de)formações (sonhos, chistes, atos falhos, etc.), mantendo-nos atentos para o fato de que pelas formações do inconsciente, algo dessa instância se faz escutar, mas que isso não é o próprio inconsciente, apenas uma representação. Não à toa, Lacan (1949/1998, p. 103) ao término de seu texto sobre o estádio do espelho nos diz:

No recurso que preservamos do sujeito ao sujeito, a psicanálise pode acompanhar o paciente até o limite exático do “Tu és isto” em que se revela, para ele, a cifra de seu destino mortal, *mas não está só em nosso poder de praticantes levá-lo a esse momento em que começa a verdadeira viagem (grifo nosso)*.

Esta passagem lacaniana nos convoca a retomar a questão da qual anteriormente partimos, acerca do que promove um tratamento psicanalítico e a situar algo semelhante que se presentifica no texto freudiano, quando diz que em um tratamento psicanalítico, há que se contar a aposta de que: “Durante o tratamento, nosso trabalho terapêutico está constantemente oscilando para trás e para frente, como um pêndulo entre um fragmento de análise do *isso* e um fragmento de análise do *eu*” (FREUD, 1937/1996, p. 254, *grifo nosso*). Ou seja, é preciso tomar, na direção do tratamento psicanalítico uma outra metade do trabalho, para além das alterações do eu, do eixo imaginário, metade que com Lacan (1957-1958/1999) podemos dizer tratar-se do próprio trabalho com o significante.

Ao considerarmos a incidência do significante enquanto aquilo que possibilita a constituição do sujeito marcado por uma falta estrutural, por uma hiância, é que o trabalho com a clínica psicanalítica inclui também o real, enquanto aquilo que não pôde ser simbolizado e ao qual, como situamos, frequentemente retornamos, pela via de um encontro que só pode ser faltoso.

A aposta do trabalho reside também no fato de que daquilo que não pôde se fazer assimilável, uma notícia se faz possível por suas representações, onde mediante um processo associativo, pode vir a articular-se a outras formulações, tal como Freud (1901/1996) nos mostra com o *Signor* e o *Herr*; assim, ele se atém à fala e à escuta de seus pacientes, por considerar que mesmo não sendo possível “trazer o inconsciente à consciência”, a fala estrutura-se como efeito da ação de uma sobredeterminação inconsciente, ou seja, de um saber que escapa a qualquer tentativa de apreensão e compreensão, que é o próprio saber inconsciente.

A fala aqui é tomada tal como Lacan (1957/1998) nos mostra, enquanto uma representação que, na direção de um trabalho, fornece ao analista “seu instrumento, seu enquadre, seu material” (p. 497); ao ser atravessada pela linguagem, elemento de interlocução com o outro, e pelas leis que a regem, é que a fala pode enunciar algo mais do que aquilo que é dito.

É pelo que é trazido na fala – as palavras, as sílabas, as letras, os fonemas... – que Freud (1901/1996) se interessa; assim, quando pede que seus pacientes, contem, uma história ou um sonho repetidamente, é para escutar o que tropeça, o que falha, o que nesse conto comparece de um jeito diferente, a cada vez. Mesmo não dispondo do aparato da linguística, ao qual Lacan recorre e encontra um suporte para sua teoria, são os fragmentos dessa fala, os significantes, que Freud (1901/1996) se põe a escutar naquilo que interpreta, a princípio,

como o esquecimento do nome próprio *Signor-elli*, chamando-nos atenção em seu trabalho para o que não pôde ser dito.

Apresenta-nos, assim, o método psicanalítico, *associação livre e atenção uniformemente suspensa*, em que *fala e escuta* comparecem como parâmetros indissociáveis da clínica psicanalítica, como suportes deste trabalho. Freud (1912b/1996) nos diz que ao paciente cabe a associação livre a partir da qual ele deve falar “tudo” que lhe vem à cabeça, ainda que lhe pareça sem importância ou lhe cause desprazer, e àquele que conduz o tratamento, por sua vez, cabe a “atenção uniformemente suspensa [...] em face de tudo que se escuta” (p. 125); uma escuta do que lhe é endereçado sem tentar compreender ou mesmo focar em algum ponto específico, sem fazer recortes do material trazido e sem “[...] se preocupar se está se lembrando de alguma coisa” (p. 126), afinal àquele que dirige um tratamento psicanalítico interessa o que no registro da fala, advém do Outro.

Tais parâmetros comparecem frente à aposta de que, na impossibilidade de recordar algo que por si só está perdido, caído, recalcado, o sujeito repete, associa, trabalha..., a cada vez em que endereça sua fala a um outro nele supondo um saber, endereçamento que aqui situaremos como em se tratando da *transferência*, cujo manejo, diz-nos Freud (1912a/1996) é o que possibilita e sustenta todo trabalho com a psicanálise.

Neste ponto, sem a pretensão de fechar a questão a qual nos propomos tratar, qual seja, de que maneira é possível ao psicólogo dirigir um trabalho com a psicanálise, afirmamos que esta possibilidade reside no manejo da *transferência*, no modo como o psicólogo opera com a relação que se estabelece, a cada vez, no tratamento, quando não responde ao pedido do paciente, mas também não o ignora; quando escuta esse pedido como estando inserido em uma cadeia de associações que não se constrói ao acaso; quando acolhe o que o sujeito traz de seus sintomas e de seus ideais enquanto representações, insígnias de sua posição estrutural, marcada por significantes.

Considerando exatamente a divisão do sujeito, que se instaura enquanto efeito da incidência do significante, Lacan (1957-1958/1999) se vale da formulação saussureana dos eixos sincrônico e diacrônico para mostrar que, no endereçamento de fala a um outro, é preciso contar os significantes que comparecem sincronicamente, em determinado momento, em meio à cadeia associativa que se desenlaçam. Podemos pensar que, ao abirmos a boca, não temos noção daquilo que efetivamente será falado, de tal forma que a sequência das palavras que são ditas no “aqui e agora”, ou seja, a sequência de significantes que se apresenta de forma sincrônica pela fala, comparece no lugar de outras sequências, de outras cadeias, que deixaram de ser “ditas”. A questão é que, daquilo que não é dito, já mostramos, traços

incidem sobre o que chega à fala, traços que na verdade indicam aquilo que para o sujeito se constitui como posição estrutural, o que lhe marca. É preciso então que, paralelamente, se esteja atento a “ler” o que é dito em dado momento, diacronicamente, enquanto estando submetido a uma temporalidade, que em se tratando do sujeito, só pode ser a do inconsciente, *nachträglich*.

É somente quando contamos o entrecruzamento sincrônico/diacrônico que se torna possível, diz-nos Lacan (1957-1958/1999), ler as articulações da cadeia significante a partir de suas combinações, pela via da metonímia, e de suas substituições, pela via da metáfora; onde tomando aquilo que é dito, a cada vez, pode-se ter a notícia do não-dito, que verdadeiramente é o que interessa àquele que dirige um tratamento psicanalítico, e que diz dos significantes que marcam e se repetem na história do sujeito.

Ler aquilo que comparece no trabalho, a cada vez, enquanto rastros de uma posição estrutural do sujeito, somente se faz possível quando o analista se coloca na direção desse trabalho. É esta a “contrapartida” que lhe cabe, diz-nos Freud (1912b/1996), exatamente porque, na transferência, é preciso contar a existência de uma diferença de posições, uma “assimetria”, entre analista e analisando. Assim, ainda que o analista, ou em nosso caso, o psicólogo se coloque a atender ou sucumbir aos sentimentos afetuosos – e também hostis⁵ – que lhe são endereçados no tratamento, na tentativa, por exemplo, de “favorecer” o trabalho, este favorecimento não é possível, já que exatamente por contarmos a dialética psíquica, aquilo que comparece na transferência traz em si as marcas da ação da compulsão à repetição, o que torna possível ao paciente atualizar o que para ele se constitui como realidade psíquica (FREUD, 1915[1914]/1996).

É justamente enquanto fragmento daquilo que se repete que Freud (1912a/1996; 1914/1996) situa a noção de transferência, como possibilidade de repetir na relação com um outro aquilo que de outra maneira não pôde ser simbolizado e assim, continua a não se inscrever. Para apresentar essa dinâmica, retomamos a noção freudiana de “núcleo patógeno”, daquilo que foi recalcado, podemos dizer, do trauma, e que em seu lugar deixou um vazio na medida em que não é possível ser reencontrado, aonde somente se chegam por aproximações faltosas. Partindo da leitura lacaniana sobre o conceito de inconsciente, estruturado como uma linguagem, podemos pensar neste “núcleo” como algo em torno do qual giram significantes, por ele atraídos, assim descreve: “Há uma corrente de palavras

⁵ Importante situarmos neste ponto que por mais que Freud (1912a/1996) fale em uma transferência positiva (sentimentos afetuosos dirigidos ao analista) e em uma transferência negativa (sentimentos hostis), situa-as como comparecendo lado a lado no tratamento, enquanto efeito de um funcionamento dialético.

paralelas, e estas se alargam num certo momento para envolver este famoso núcleo patógeno que, também ele, é uma história, afastam-se dele para incluí-lo e se encontram um pouco mais longe” (LACAN, 1954/2009, p. 35).

À medida em que há uma aproximação a esse “núcleo”, dele emana resistência; a resistência se exerce em sentido radial, a cada vez em que as associações do paciente chegam às proximidades deste núcleo, que com Lacan (1954/2009) dizemos tratar-se do discurso, ao qual o sujeito encontra-se submetido. Podemos pensar então o discurso como a corrente de palavras que comparece enquanto tentativa de circunscrever o que fora recalcado, quando de nossa inscrição em uma cadeia simbólica, em um registro Outro, ao qual o sujeito ver-se-á assujeitado ou não.

Frente à ação da resistência, comparece um empecilho em se ir adiante em uma determinada cadeia associativa, produzindo-se aí, pela via da repetição, uma outra associação que guarda alguma relação com aquilo que não pôde entrar na sequência associativa, ou seja, enlaçam-se outros significantes, como ocorre com os fragmentos que surgem em meio ao esquecimento do *Signorelli*. Assim, o que comparece na transferência é fruto da ação da resistência, e a satisfaz na medida em que abre a possibilidade de se produzir uma outra associação, frente à aproximação ao “núcleo patógeno”.

Mas o que é que o sujeito repete na transferência? Segundo Freud (1914/1996, p. 167), repete “[...] suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter”, em outras palavras podemos dizer, repete os significantes que se produzem frente àquilo que lhe marca. Para exemplificar do que se trata quando falamos da noção de repetição especificamente na direção do tratamento, apresentaremos dois casos clínicos trazidos por Freud (1937/1996) em seu texto “Análise com fim e sem fim”, de onde parte para interrogar-se acerca da “finalidade” da análise.

Primeiro, ele relata a história de um homem que apresentava questões em suas relações com mulheres e com outros homens, e quanto a estes, colocava-se costumeiramente em posição de rivalidade, ao que nos dá a entender o texto freudiano. Este homem então, submete-se à análise, e após isso “casou-se com a mulher que amava e transformou-se em amigo e mestre de seus supostos rivais” (FREUD, 1937/1996, p. 237). A questão é que, um tempo depois, este homem coloca-se a repetir sua rivalidade em relação aos outros homens com aquele que havia sido seu analista, ou seja, o fato de em algum momento, ter encaminhado sua questão a ponto de casar-se com uma mulher e tornar-se amigo de seus rivais, não significou que isso, que parece ser para ele uma questão, essa rivalidade que se impõe em suas relações, tenha se resolvido. É fato que por tratar-se de um relato breve, não

é possível identificar o que se relacionava com essa rivalidade, mas na medida em que isso se repete em outro momento, *a posteriori*, já nos dá o indicativo de uma posição estrutural desse sujeito, de algo frente ao qual vê-se convocado a retornar.

O outro caso apresentado por Freud (1937/1996) e que nos chama atenção pela maneira como ele o conta, diz respeito a uma mulher que se submeteu a um tratamento psicanalítico por apresentar desde sua puberdade uma “*incapacidade de caminhar*”, cujo sintoma naquele momento foi de “severas dores nas pernas” (p. 237). Diz-nos Freud (1937/1996) que o tratamento devolveu a esta senhora, um tempo depois, a capacidade de caminhar; que ela seguiu sua vida, passando por alguns infortúnios até que num momento posterior, viu-se diante de uma nova sintomatologia – um quadro de mioma que a levou a passar por um procedimento cirúrgico –, de maneira que: “A partir da ocasião desta operação, a mulher *mais uma vez caiu* doente” (p. 238, *grifo nosso*). Ora, novamente é preciso situar que não temos a pretensão de fecharmos sentido para algo trazido de forma tão breve por Freud; por outro lado, nos chama atenção a forma como ele relata o desdobramento deste caso, com o “*mais uma vez caiu*”, na medida em que isso nos remete ao que de início levou esta paciente a dirigir-se ao tratamento, sua “*incapacidade de caminhar*”, ponto ao qual parece retornar, um tempo depois, ainda que de outra maneira, pela via de um outro sintoma.

Ao reler o conceito freudiano de repetição (*Wiederholen*), Lacan (1964/2008) aponta o fato de que ela não se reduz à reprodução (*Reproduzieren*) puramente de algo – tal como ocorria inicialmente no processo de rememoração das históricas de uma cena “traumática”, pela via da hipnose; a repetição, como já mostramos, se presentifica como ato, ou seja, se impõe ao sujeito, o enlaça, colocando-o a “puxar sempre seu trem por um caminho de onde não pode sair” (p. 56). É neste ponto que situamos os casos clínicos apresentados brevemente por Freud (1937/1996), na medida em que nos parecem remeter a algo de uma posição estrutural que se repete, aquém de uma “vontade” ou de um controle da consciência.

Ao mesmo tempo, justamente por não ser uma reprodução, é que a repetição pode abrir para algo novo, possibilitar que, nas voltas da pulsão, no retorno dos significantes que marcam o sujeito, algum deles possa se desprender de uma cadeia e ligar-se a outra, possa articular-se a um outro significante, pela via da metáfora e da metonímia. É nesse ponto mesmo, da possibilidade de articulação do significante, que reside a aposta do *trabalho* (*Arbeit*) (LACAN, 1954/2009) com a psicanálise, pelo manejo da transferência naquilo que é endereçado ao psicólogo.

Submetido à transferência, aquele que dirige o trabalho tem de pagar, seja com suas palavras, seja com a sua “pessoa”, seja com o seu ser, porque é na transferência que sua

“liberdade” em intervir está alienada (LACAN, 1958/1998, p. 594), é na transferência singularmente estabelecida com cada paciente que a intervenção do psicólogo encontra seu suporte e seu norte, ou seja, a própria possibilidade de direcionamento de um trabalho singular. Mas como pode o psicólogo operar com a transferência?

Quando Lacan (1958/1998) se propõe a situar “*A direção da cura e os princípios de seu poder*”, nos diz que o analista opera no tratamento, a partir do manejo da transferência, com a *interpretação*, sua tática, na medida em que esta traz a possibilidade de apontar para o sujeito, na rede de significantes em que se vê enlaçado, o que lhe é mais caro e mais singular, seu desejo.

É justamente com o desejo, com aquilo para o qual não há objeto que aplaque, que, como mostramos, Freud (1900/1996) se depara quando se coloca a interpretar os sonhos e, num dado momento, vê-se diante do umbigo do sonho que escapa à inscrição na fala. Assim, apresenta-nos de início, como expressão de sua teoria de que o sonho se produz enquanto realização do desejo, o caso do falecimento de uma criança, que tem seu corpo sendo velado por seu pai; este pai havia estado aos cuidados de seu filho enfermo, diz-nos Freud (1900/1996), “por dias e noites a fio” (p. 541). Num dado momento, após a morte da criança, o pai dirige-se a um quarto vizinho, para repousar, deixando a porta aberta de maneira que fosse possível, ainda assim, observar o corpo do filho. Este ficou sendo velado por um ancião, que em determinado instante, acaba por também ceder ao sono.

O pai, então, tem um sonho: “[...] que seu filho estava de pé junto a sua cama, que o tomou pelo braço e lhe sussurrou em tom de censura: *‘Pai, não vês que estou queimando?’*” (FREUD, 1900/1996, p. 541). Diante disso, acorda, dirige-se ao quarto em que jazia o corpo do filho e presencia que um de seus braços e a roupa que estava vestido haviam sido queimados, após a queda de uma vela acesa sobre o corpo.

Lacan (1964/2008), ao reler o sonho apresentado por Freud (1900/1996), mostra que a realização do desejo não se dá, aí, pela possibilidade de o pai ver seu filho no sonho, e assim, prolongar os instantes em sua companhia, mas pelo próprio deparar-se com algo que falta, que claudica – a morte do filho – em meio a sua própria falha, de não ter conseguido velá-lo; é no momento em que sonha com o filho ao lado de sua cama, que acaba por deixar que o corpo da criança queime; quando “não vê”, é confrontado com um real, que escapa – *tiquê*, na medida em que ao despertar, a queima já se materializou e tudo que ele pode fazer, é apagar o fogo e endireitar a vela.

A interpretação, assim, não pode ser tomada como uma intervenção que coincide com “explicações, gratificações, respostas à demanda...” (LACAN, 1958/1998, p. 598), porque

aquilo que ela aponta, no corte que promove entre significante e significado, é a possibilidade de que o sujeito se depare com sua própria divisão, com a falta que lhe constitui, com o fato de que por vezes vê-se comandado por um registro Outro que vai de encontro ao que acredita ser sua vontade. Uma interpretação, portanto, não visa à uma harmonização egóica, exatamente por contar que o sujeito está submetido a um funcionamento dialético que inclui algo que sequer pôde ser simbolizado.

Apontamos também que uma interpretação é singular, ou seja, por estar submetida à transferência, só pode adquirir um “peso” interpretativo quando está alinhada àquilo que o sujeito enuncia do discurso inconsciente que lhe causa, da rede de significantes a qual vê-se submetido e que pela ação da compulsão à repetição, é constantemente evocada. Assim, a interpretação faz um corte naquilo que se repete e pode abrir a possibilidade de que um significante possa articular-se a uma outra cadeia, a outros significantes. Lacan (1964/2008, p. 243) então nos diz que:

A interpretação não é aberta a todos os sentidos. Ela não é de modo algum não importa qual. É uma interpretação significativa, e que não deve faltar. Isto não impede que não seja essa significação que é, para o advento do sujeito, essencial. O que é essencial é que ele veja, para além dessa significação, a qual significante – não-senso, irredutível, traumático – ele está, como sujeito, assujeitado.

Neste ponto, para mostrar a distância de uma interpretação voltada a uma harmonização egóica, uma terapêutica, e o que situamos como sendo o trabalho com o significante com o qual o psicólogo deve vir a operar numa prática psicanalítica, trazemos um caso apresentado por Ernest Kris, de um paciente que não conseguia publicar seus textos por acreditar estar sempre plagiando ideias de outras pessoas. Este paciente chega determinado dia dizendo que as ideias que havia tido acerca da tese que pretendia escrever ele as havia encontrado publicadas já em um livro, o que iria ao encontro de seu dito, de que era um plagiador (LACAN, 1958/1998).

Lacan (1958/1998) então nos aponta qual teria sido a intervenção de Kris, de buscar constatar, indo às provas “materiais” e não ao material do discurso, que não havia plágio naquilo que era escrito por seu paciente e é isso que comunica a ele: “[...] havendo se certificado de que seu paciente não é plagiário, embora acredite sê-lo, Kris tenciona demonstrar-lhe que ele quer sê-lo para se impedir de sê-lo realmente – o que se chama analisar a defesa antes da pulsão, que aqui se evidencia na atração pelas ideias dos outros” (p. 605).

A questão é que após a intervenção de Kris, o paciente faz a seguinte associação: de que “[...] há algum tempo, ao sair da sessão, vagueia por uma rua repleta de restaurantezinhos atraentes, para cobiçar em seus cardápios o anúncio de seu prato predileto: *miolos frescos*” (LACAN, 1958/1998, p. 605, *grifo nosso*). O que é que a leitura deste caso nos aponta? Primeiramente de como não faria diferença para o sujeito que um outro lhe dissesse que ele não é um plagiador, pois na cadeia de seu discurso, naquilo que ele anuncia, esse significante, o “plagiador”, lhe marca, lhe enlaça. Dessa marca temos notícia no ponto mesmo em que ela retorna por associação, que se repete e se impõe ao funcionamento do eu, totalmente submetido à incidência do significante. É daí que Lacan (1958/1998) aponta o furo na intervenção de Kris, que ao tentar compreender e explicar o ato (*acting out*) de seu paciente, deixou de escutar e fazê-lo ouvir que na verdade “ele rouba *nada*” (p. 606, *grifo do autor*).

Assim, o trabalho de escuta – não de ausculta –, o trabalho com o significante, como nos lembra Lacan (1954/2009; 1958/1998), não se reduz a ouvir a fala e tomá-la por um eixo compreensivo ou explicativo, em que se busca fechar um sentido para o que é dito, pois na relação entre analista e analisando, psicólogo e paciente, incide um terceiro elemento que é o Outro, que ao ser contado faz corte na pretensa relação imaginária que conduziria o paciente a uma identificação com o psicólogo, à “contratransferência”. Isso implica considerar que esta relação se dá enquanto marcada por uma diferença de posições, posições estas que não são equivalentes, são como dissemos, assimétricas. É aí, nessa relação ternária, que reside a possibilidade de uma interpretação poder ser “lida”, abrindo para algo que não comporte uma justificativa, mas algo com o qual o sujeito tem que se a ver, enquanto rastro do que lhe sobredetermina, do que lhe é estrutural.

Situamos a partir disso que, no trabalho com a psicanálise tanto o paciente, quanto o psicólogo estão submetidos a um terceiro, que podemos dizer tratar-se do próprio saber inconsciente, discurso do Outro, que é anterior ao sujeito e frente ao qual ele se encontra, como nos diz Lacan (1958/1998), assujeitado, o que convoca o psicólogo na direção de um trabalho com a psicanálise a “abrir mão” daquilo que acredita saber previamente. Freud (1912b/1996, p. 132) quando propõe suas “*Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*”, já aponta isso, ao dizer que aquele que dirige o tratamento “[...] deve controlar-se e guiar-se pelas capacidades do paciente em vez de por seus próprios desejos”; lembremos, portanto, de que o trabalho é do paciente, a partir da associação livre; ao psicólogo cabe tão somente a direção desse trabalho.

Assim, o psicólogo vê-se convocado, como já pontuamos, ao desafio de deixar de lado também suas pretensões educativas, terapêuticas e o ideal de “ajudar” a alguém, pois se

consideramos aqui a existência do recalque primevo, que jamais pode ser rememorado, plenamente simbolizado e que se constitui como marca de uma perda, contamos que não há objeto que possa de uma vez por todas tamponar o funcionamento desejante do falante. Eis um ponto fundamental na direção do tratamento e de uma prática psicanalítica.

A palavra enquanto efeito do atravessamento de uma ordem simbólica, materialização da incidência do Outro na constituição do sujeito, traz em si um caráter de mediação “entre o sujeito e o outro” (LACAN, 1954/2009) e não é à toa que Freud situa o trabalho do analista no eixo do manejo da transferência, desse endereçamento de fala e de pedido ao qual se vê convocado a escutar e devolver o peso, convocando o sujeito a falar e a se haver com isso. Mas, ao retomar o *Signorelli*, ou melhor, o *Signor*, esquecido por Freud (1901/1996), Lacan (1954/2009) nos mostra que a palavra se faz contar também como revelação, revelação da realidade psíquica inconsciente, que no esquecimento de Freud deixou de ser dita e pôde evocar uma outra coisa. Diz-nos, então, que: “É na medida em que a palavra, a que pode revelar o mais profundo segredo do ser de Freud, não é dita, que Freud não pode mais se ligar ao outro senão pelas sobras dessa palavra” (p. 69), por suas ruínas metonímicas enquanto aquilo que se manifesta mesmo como ponto de cisão da fala e do sujeito.

Quando Freud (1901/1996), então, se vê prestes a revelar o *Signor-elli* é que ele é esquecido, é novamente velado e nessa re-revelação, por intermédio das construções significantes da metáfora e da metonímia, pôde se fazer escutar enquanto ponto de passagem do sujeito, num depois. É quando a palavra está prestes a revelar-se e é elidida que a resistência se coloca, como interrupção do discurso, mas também como indicativo de que algo, não sendo revelado, pôde ainda assim se fazer notar e contar por seus restos, tornando a reinvestir e a ligar-se a outros significantes, a outras cadeias.

Faz-se importante situar neste ponto que o trabalho com a psicanálise inclui a noção de resistência, enquanto mecanismo que incide no funcionamento psíquico, e que é efeito da própria dialética a qual estamos submetidos, mas não se restringe a ela. É exatamente aí que Lacan (1958/1998) retoma o equívoco na leitura do texto freudiano que aponta a transferência, mola operativa da direção do trabalho, apenas como resistência, quando se toma essa leitura de forma reducionista pela via de que a interrupção do discurso do analisando guarda algo relacionado à figura do analista, à sua pessoa. Essa leitura conduziu os pós-freudianos a empreenderem um trabalho de “análise das resistências”, ou seja, a partirem da crença de que bastaria comunicar ao paciente àquilo a que ele resiste, tal como

fez Kris, para que o trabalho se encaminhasse, um trabalho que vemos como estando totalmente direcionado ao registro imaginário.

De fato, diz-nos Freud (1914/1996), todo ponto de interrupção do trabalho é uma resistência. A questão é que, como mostramos, transferência, repetição e resistência devem ser vistas enquanto estando relacionadas uma à outra, de maneira que o ponto que se interrompe também conta no trabalho com o significante, fazendo-se menos importante identificar o motivo de irrupção da resistência, do que escutar que ali onde o discurso tropeçou, fez uma pausa e direcionou-se para outra coisa, há um ponto inassimilável e estrutural que é o que frequentemente se repete na história do sujeito, ponto em que deve estar alienada a interpretação do analista, a cada vez, a cada nova articulação singular de uma cadeia significante a outra, que é o que orienta a direção do trabalho.

Situamos então que a possibilidade de um psicólogo vir a sustentar um trabalho com a psicanálise não de uma forma definitiva, mas a cada vez em que se coloque a escutar um sujeito na sua singularidade, está no que ele faz com o que escuta, em como lê o texto que lhe é endereçado a cada vez pelo sujeito.

O trabalho com o significante pela via da transferência e da interpretação, tomando os conceitos e as balizas que aqui situamos acerca do funcionamento psíquico, coloca o psicólogo frente ao desafio cotidiano de se haver com o fato de que o saber que norteia o trabalho é o saber inconsciente; e que a direção de uma prática a partir da psicanálise somente se faz possível quando ele, o psicólogo, se submete também a este saber que lhe sabe, o que implica no fato de que ao receber alguém que se endereça com um pedido de tratamento, o psicólogo aceite o pedido submetido à transferência.

Assim, o trabalho do psicólogo que se propõe a conduzir uma prática a partir da psicanálise não se coloca ao cabo da tentativa de pensar estratégias que possam retirar o sujeito de seu sofrimento psíquico, aplacar sua angústia, tal como se espera do profissional de psicologia. Então, o que *promove* um tratamento psicanalítico?

Situamos que um tratamento psicanalítico promove um espaço de fala, de escuta, de trabalho àquele que se endereça com o seu sofrimento psíquico, com a história que traz de si. Justamente por contar que, pela incidência da linguagem, o sujeito se funda enquanto efeito de um significante que lhe é atribuído por um Outro, apostamos que a história que o sujeito traz, a cada vez em que se endereça ao psicólogo, aponta para algo de sua posição estrutural, simbólica, para os significantes que lhe marcam e ao qual vê-se comandado, que é para onde nossa escuta deve estar “atenta”.

É aí que se dá a aposta do trabalho com o significante, trabalho de elaboração que convoca o sujeito a haver-se também com aquilo ao qual, contrariamente à sua “vontade”, se vê também enlaçado, seu desejo. O psicólogo, deve partir, então, daquilo que comparece e não comparece na fala a ele endereçada, do modo como é possível a cada um dizer de si, a partir das palavras e, mais ainda, dos *fonemas* que emergem nessa fala, e que não são nada mais do que a própria “sonorização” do texto em que nos vemos inscritos, pela incidência da rede de significantes. Essa sonorização guarda em si a possibilidade da surpresa, da falha, da falta de um encadeamento lógico naquilo que é dito, expressões do inconsciente estruturado como uma linguagem, e que, pelo trabalho com o significante, pela via da metáfora e da metonímia, podem possibilitar novas articulações, encadeamentos e reposicionamentos do sujeito (LACAN, 1957/1998).

O trabalho do analista, ou como aqui situamos, do psicólogo que se pretende dirigir uma prática a partir da psicanálise, se dá pelo eixo da fala-escuta, da atenção uniformemente suspensa-associação livre, no manejo da transferência e da interpretação. Se pontuamos que a possibilidade de um trabalho com a psicanálise está em tomar a fala do sujeito como produto da incidência de uma sobredeterminação inconsciente, de um saber que lhe sabe e ao qual é preciso estar submetido, acreditamos ser importante retomar neste ponto a questão trazida por Freud (1912b/1996, p. 130), de “como alguém se pode tornar analista”, questão a qual ele prontamente responde: “pela análise dos próprios sonhos”. O trabalho com a psicanálise implica, portanto, ao psicólogo, que enderece também sua fala a um outro, ou seja, que também ele mesmo se submeta a um trabalho de fala e de escuta.

Assim, Freud (1926/1996) nos diz mais adiante, em “*A questão da análise da leiga*”:

Mas qualquer um que tenha sido analisado, que tenha dominado o que pode ser ensinado sobre a psicologia do inconsciente, que esteja familiarizado com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, a arte da interpretação, de combater resistências e de lidar com a transferência – qualquer um que tenha realizado tudo isso *não é mais um leigo no campo da psicanálise* (p. 220) (*grifo do autor*).

[...] ponho ênfase na exigência de que *ninguém deve praticar a análise se não tiver adquirido o direito de fazê-lo através de uma formação específica*. Se essa pessoa é ou não um médico, a mim me parece sem importância (p. 225) (*grifo do autor*).

Situamos neste ponto que a formação daquele que se propõe à direção de um trabalho com a psicanálise não passa pela apreensão de um saber teórico dado de antemão, tal como em uma formação acadêmica; tampouco se dá de uma forma definitiva, pois o saber que está em questão no trabalho com a psicanálise, como mostramos, é o saber inconsciente,

inapreensível em si mesmo e do qual somente temos notícia ao nos endereçarmos a um outro. Não significa, entretanto, dizer que os conceitos da teoria são dispensáveis, afinal, Freud (1912b/1996) sustenta a indissociabilidade entre teoria e prática clínica e Lacan (1958/1998, p. 591) nos mostra mais adiante que tomar de forma equivocada os conceitos da teoria psicanalítica, foi o que levou os pós-freudianos a promoverem um trabalho de “reeducação emocional do paciente”, direcionado ao *moi* e não ao sujeito do inconsciente (*Je*).

A questão é que o estudo destes conceitos, ainda que necessário, não se constitui, por si só, como “garantia” para a direção de uma prática psicanalítica, ou seja, não é o que autoriza o psicólogo a um trabalho com a psicanálise. Essa “autorização”, não por uma via prescritiva ou acadêmica, mas pela via do efeito de um trabalho só pode advir, Freud (1912b/1996, p. 130) nos diz, “pela análise dos próprios sonhos”, ou seja, pelo próprio trabalho de análise pessoal ao qual somos convocados a nos submetemos, onde somos confrontados a cada vez com nossas próprias questões, com nosso desejo.

Para além da análise pessoal, mas tomando ainda como premissa o endereçamento de fala ao outro como primazia do trabalho, Freud (1926/1996) recomenda também como balizas para a formação do analista, a supervisão e o estudo teórico em uma instituição de psicanálise. Este famoso “tripé”, é disseminado frequentemente nos cursos de graduação em psicologia e muitas vezes tomado por uma via puramente prescritiva e academicista; ainda assim, é comum escutarmos de profissionais de psicologia que se dizem trabalhar com a psicanálise, o fato de que não estão em um trabalho de análise pessoal.

Assim, acreditamos ser importante situar aqui o “tripé” da formação proposto por Freud (1926/1996), como algo intrinsecamente enlaçado à prática, na verdade como aquilo que pode vir a tornar esta prática possível a cada vez, exatamente por se constituir como efeito da transferência e por estar submetido aos mesmos parâmetros da direção da clínica, associação livre e atenção flutuante, fala e escuta.

Lançamos, então, como questão àqueles que se propõe à um trabalho com a psicanálise, o quanto têm se submetido às recomendações apresentadas por Freud e retomadas por Lacan no direcionamento de suas práticas. Certamente o levantamento dessa questão nos atinge em nosso próprio narcisismo, na medida em que vivemos em uma sociedade em que a interrogação sobre nosso trabalho é tomada muitas vezes como uma mera crítica pessoalista. Mas a psicanálise nos mostra que é nesse interrogar-se, a cada vez, sobre nossas práticas, num deslocamento de um eixo puramente imaginário, que reside a possibilidade de um trabalho com o significante, de um trabalho ético por ter como norte o

desejo do sujeito em sua singularidade. É aí que Lacan (1958/1998) situa o preço com o qual àquele que dirige o tratamento paga: com suas palavras, com sua pessoa e com seu ser.

Partindo desse eixo, da interrogação possível a cada vez sobre a prática, e sobre nosso posicionamento na direção dessa prática, é que aqui situamos a “garantia” que a formação traz àquele que se propõe a um trabalho com a psicanálise; não se trata, portanto, da proposição de uma “certeza” de que não haverá furos na condução deste trabalho ou mesmo da aposta de que existe um modelo correto a ser seguido, aprendido e que será possível de ser alcançado; trata-se da possibilidade de que, no endereçamento de fala a alguns outros, algo possa retornar e permitir o redirecionamento do trabalho, exatamente por contar a transferência como ponto de sustentação desta prática e por considerar que o tempo do inconsciente se dá no *a posteriori*, no *nachträglich*, o que inclui o fosso entre o que está colocado na teoria e o que será possível, a cada vez, na prática de cada um.

Há que se contar ainda no trabalho com a psicanálise o desafio de considerar, de forma concomitante, a existência de diferentes pontos de vista – dinâmico, econômico e topográfico, tal como Freud (1915a/2004; 1915b/2004; 1915/2016) nos apresenta em sua formulação da metapsicologia – sem que se dê a primazia a um ponto em detrimento do outro. É preciso contar, então, o atravessamento da dinâmica psíquica por uma dialética pulsional, pela sexualidade, pela existência de diferentes instâncias psíquicas, tudo acontecendo ao mesmo tempo.

Ao reler a teoria freudiana a partir dos estudos em linguística, Lacan (1957-1958/1999) lança mão da formulação dos três registros, simbólico, real e imaginário, que, convém destacarmos, não se equivalem à proposta metapsicológica freudiana, inicialmente situada em uma “primeira tópica”, enquanto consciente, pré-consciente e inconsciente e, em outro momento, como “segunda tópica” que inclui eu, isso e supereu; a formulação lacaniana inclui a metapsicologia proposta por Freud e aponta a indissociabilidade entre esses registros no funcionamento do sujeito. A partir disso, consideramos que o trabalho com a psicanálise, ao tomarmos como sustentação deste trabalho a posição estrutural do sujeito, os significantes que lhe marcam e cindem, não visa a apresentar uma resolutividade para as questões advindas no tratamento, mas possibilitar que aquele que se endereça com um pedido de tratamento possa suportar o lugar que ocupa no mundo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao atravessamento da formação do psicólogo por conceitos estruturantes da clínica psicanalítica e a abertura que esta formação aponta ao profissional de psicologia quanto à possibilidade de sustentar um trabalho com a psicanálise, buscamos aqui mostrar, mediante a questão que apresentamos como “problema de pesquisa”, que a possibilidade de dirigir uma prática psicanalítica somente pode se dar quando nos submetemos às recomendações propostas por Freud (1912b/1996) para o “exercício” da psicanálise, ou seja, quando tomamos: os conceitos forjados por ele tendo em vista conferir legitimidade à sua teoria; o método de trabalho, pautado na associação livre e na atenção uniformemente suspensa; a formação própria a qual aquele que se coloca a dirigir uma prática a partir do referencial da psicanálise deve estar implicado, ao ser convocado a também, ele próprio, dirigir sua fala a alguns outros.

Tendo em vista situar de que balizas se tratam, partimos inicialmente do trabalho de Freud na clínica da histeria, apontando como alicerce de estruturação da teoria psicanalítica a leitura do conceito de inconsciente, enquanto instância psíquica que se constitui a partir da incidência do recalque primevo. Mostramos que, diante da inscrição em um mundo de linguagem e do que Freud (1900/1996) nomeou como uma “primeira experiência de satisfação”, o que se evidencia é a falta de um objeto que possa, de uma vez por todas, conferir satisfação ao falante, de tal maneira que o *infans* tem a possibilidade de circunscrever os limites de seu corpo e, assim, constituir para si uma “imagem”, somente por intermédio da relação com o outro, mediante os investimentos pulsionais, dirigidos a princípio apenas para seu próprio corpo e, num outro momento, também para os objetos parciais do mundo externo.

Apresentamos, então, a formulação de *Trieb* – pulsão – cunhada por Freud (1905/1996), que possibilita mostrar como se dá, a partir da incidência da linguagem e do Complexo de Édipo-castração, a constituição do psiquismo e a assunção do falante a uma posição estrutural, que traz em si as marcas do infantil recalcado, e a submissão ao tempo do inconsciente, que se dá no *a posteriori*. Mostramos que é a partir da elaboração da trama da sexualidade infantil, em meio aos diferentes tempos em que se configura o Complexo de Édipo-castração, que se faz possível ao falante assumir ou não uma posição na estrutura neurótica, mediante a renúncia ao objeto de amor primordial.

Paralelamente, considerando a incidência dos diferentes pontos de vista – dinâmico, topográfico e econômico –, apontamos ainda que o funcionamento psíquico do falante é

marcado pela existência de um conflito pulsional, o que levou Freud (1900/1996) a propor inicialmente a formulação de uma primeira tópica, demonstrando com seu estudo sobre os sonhos a constituição do psiquismo por diferentes sistemas psíquicos – inconsciente, pré-consciente e consciência –, onde uma “percepção” é registrada no aparelho psíquico sob a forma de diferentes traços de memória. Assim, mostramos com Freud (1900/1996) que aquilo que chega à consciência já é fruto de um processo associativo e da ação do *nachträglich*, o tempo do inconsciente, que possibilita que “traços” desse sistema reverberem sobre os demais e possam chegar à consciência, denunciando a submissão do psiquismo a uma sobredeterminação inconsciente.

Posteriormente, a partir de seu trabalho clínico e da construção de sua metapsicologia, Freud (1923/1996; 1937/1996) nos apresenta uma segunda tópica para pensar a constituição psíquica em que “Eu Isso e Supereu” comparecem como instâncias dentro deste funcionamento, demonstrando que há uma parte do eu que é inconsciente. Assim, propõe que o trabalho daquele que se pretende à direção de uma prática psicanalítica deve considerar que este trabalho se dá para além da instância egóica, inclui uma outra “metade do trabalho”, que é justamente aquilo que só pode se dar a saber por representações faltosas, o próprio inconsciente.

Disso apontamos também que o psiquismo, exatamente por ser constituído por diferentes instâncias e vê-se atravessado pelo investimento da pulsão, é marcado por uma dialética, que tem como resultado, como já situamos, a impossibilidade do alcance de uma satisfação única para todas as instâncias. Assim, Freud (1920/2006) nos apresenta a existência de um “mais além” no dinamismo psíquico, a partir do qual vemo-nos submetidos à incidência de uma compulsão a repetição, frente ao fato de que há sempre uma parte da pulsão que não pôde ser investida. Neste ponto, situamos que esse “limite” ao investimento pulsional é instaurado pela ação de uma resistência, ou seja, de um mecanismo que tem em vista evitar o desprazer para o aparelho e que, por isso, coloca-se a impedir o reencontro com algo que por si só, já está perdido, um objeto que não há; o resto pulsional resultante desse processo é o que reinveste compulsivamente no psiquismo e insiste em não se satisfazer.

Partindo dessa formulação freudiana do inconsciente pulsional, marcado pela incidência mútua da pulsão de vida e da pulsão de morte e pela ação da compulsão à repetição, Lacan (1964/2008, p. 27) relê a formulação de inconsciente proposta por Freud pelo registro do simbólico, propondo que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, ou seja, tem seu funcionamento atravessado pelos princípios e pelas leis que regem a estruturação da linguagem. A partir da noção de “resto pulsional”, situa a existência

do real enquanto algo que, tal como o umbigo do sonho, não pôde ser simbolizado, e ao qual o sujeito vê-se sempre convocado a retornar, enquanto ponto estrutural de seu funcionamento.

Isso nos confronta mais uma vez com o fato de que, pela inserção em um mundo de linguagem, somos marcados de início por uma perda, por uma hiância estrutural, que é como Lacan (1964/2008) situa o inconsciente pulsional freudiano: como uma fenda que não pode jamais ser tamponada, mas que ao inscrever-se em meio ao corte que o registro do simbólico promove, abre espaço para que o sujeito se constitua enquanto efeito da inscrição do significante.

Lacan (1957/1998; 1957-1958/1999) nos mostra então que, frente à incidência da linguagem, o sujeito é atravessado por significantes, atribuídos por um Outro, matriz simbólica, antes mesmo de vir ao mundo em sua presença física, significantes que circunscrevem para o sujeito, de antemão, uma posição estrutural e que se repetem, a cada vez, como insígnias desta posição.

É deste ponto, da existência de uma posição estrutural do sujeito, cuja assunção, como mostramos, se dá por intermédio do complexo de Édipo-castração, que partimos para mostrar que a direção de uma prática psicanalítica se dá pela via do trabalho com o significante, exatamente por sua irreduzibilidade a um significado fechado e pela possibilidade que tem de se articular a novas cadeias e a novos significantes, pela via da metáfora e da metonímia, abrindo novas formulações e favorecendo a alguns reposicionamentos do sujeito dentro da posição estrutural em que se encontra. Lembremos, portanto, que o sujeito somente pode ser representado na relação de um significante a outro, em meio às suas articulações.

Tomando os parâmetros da clínica situados por Freud (1912b/1996) – associação livre e atenção flutuante – mostramos que é no endereçamento da fala a um outro, tendo como premissa que ao analista cabe a direção do tratamento, pelo manejo da transferência e da interpretação (LACAN, 1958/1998), que o trabalho com o significante se faz possível, ou seja, que a fala endereçada, tomada sincrônica e diacronicamente, pode ser lida enquanto algo que pode dizer Outra coisa, da própria posição estrutural do sujeito. Foi neste sentido que apresentamos, por exemplo, o caso clínico conduzido por Ernest Kris do “plagiador”, tendo em vista mostrar que na medida em que o sujeito se constitui a partir do significante, este significante precisa ser escutado e não abarrotado de sentidos, para que ao ser devolvido pelo analista ao sujeito, possibilite a este dar-se conta da posição que ocupa no mundo.

Situamos também que a retomada que Lacan (1964/2008) promove à teoria freudiana se dá como uma tentativa de re-situar os parâmetros propostos por Freud para a direção de

uma prática psicanalítica, a partir do registro do simbólico, tendo em vista, como ele próprio diz, restituir à fala seu valor enquanto instrumento de trabalho do analista. Não à toa, coloca-se a interrogar sobre “quem analisa hoje?”, quando percebe a leitura equivocada dos conceitos psicanalíticos feita pelos pós-freudianos e reafirma a posição que cabe ao analista no tratamento, a da direção, situando o preço que este se vê convocado a pagar, a cada vez: paga com suas palavras, com sua pessoa e com seu ser (LACAN, 1958/1998).

Partindo dos conceitos e das balizas apresentadas por Freud e Lacan, e trazendo ao psicólogo a questão dos parâmetros para a direção de uma prática psicanalítica, apontamos então que o trabalho com a psicanálise, independentemente do espaço em que se esteja inserido, implica em contar essa posição estrutural do sujeito como aquilo que orienta a direção deste trabalho, ainda que isso se coloque contrariamente ao que muitas vezes é esperado da intervenção de um psicólogo: de que ele ajude a resolver os conflitos do paciente, de que sua atuação tenha em seu fim a promoção de um “bem-estar” ou a remissão dos sintomas.

O trabalho com a psicanálise promove o acolhimento do sofrimento psíquico, não apenas com o silêncio (estereótipo que ainda ronda àquele que trabalha com este referencial), mas também com palavras e traz, para além disso, o compromisso ético de implicar àquele que se endereça com um pedido de tratamento na desordem da qual se queixa.

Ao situar o sujeito enquanto efeito do atravessamento do significante, atribuído por um Outro, uma prática psicanalítica abre espaço para que este sujeito seja escutado em sua singularidade e implicado na posição estrutural que ocupa, posição que, como mostramos, é inconsciente e que só pode se dar a saber a partir daquilo que se repete no funcionamento do sujeito.

O sujeito vê-se, então, enlaçado não apenas por aquilo que é fruto de suas escolhas, ou por aquilo que acredita poder escolher, mas também por algo que se impõe a seu funcionamento, que é estrutural, já que antes mesmo de contar-se no mundo, já é contado por um Outro. Isso não implica, entretanto, que tomemos o trabalho com a psicanálise pela via do “*Eu nasci assim/ Eu cresci assim/ E sou mesmo assim/ Vou ser sempre assim...*”, tal como Dorival Caymmi nos apresenta em sua canção “Modinha para Gabriela”, de 1975, já que afinal, se estamos submetidos a uma cadeia significante, esta tem como essência justamente o fato de poder articular-se a novas cadeias, a novos significantes, e assim, compor outros sentidos.

Apontamos, então, a partir das balizas apresentadas que a “cura” possível em um tratamento psicanalítico não é, portanto, definitiva, tampouco se constitui como o objetivo;

é efeito do trabalho com o significante, que se dá a cada vez, e ao qual estão submetidos o psicólogo e seu paciente. Se este trabalho tem como alicerce, como mostramos, a transferência, ou seja, o endereçamento de fala a um outro, o psicólogo não pode acreditar estar fora disso, é preciso que também ele enderece sua fala a alguns outros, em seu trabalho de análise e supervisão, para que num tempo *a posteriori*, possa dar-se conta dos direcionamentos e emperramentos de sua prática. Não há, portanto, uma “prática psicanalítica”, sem que tomemos como alicerce as recomendações freudianas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. A. P. Os cursos de psicologia no Maranhão. *In*: ARAÚJO, M. A. P. **A Psicologia no Maranhão: percursos históricos**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2014. p. 105-205. Disponível em: <https://xdocs.com.br/download/araujo-a-psicologia-no-maranhao-final-2-28554wgl0d8x?hash=c3473469603b34ac6de7b0a19df7c5bd>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- BREUER, J.; FREUD, S. **Estudos sobre a histeria (1893-1895)**. Rio de Janeiro: Imago, 1893-1895/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 2).
- COELHO, D. M.; SANTOS, M. V. O. Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. **Revista Analytica**, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v1n1/v1n1a06.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. *In*: FREUD, S. **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)**. Rio de Janeiro: Imago, 1950 [1895]/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 1). p. 347-454.
- FREUD, S. A psicologia dos processos oníricos. *In*: FREUD, S. **A interpretação dos sonhos (II) e sobre os sonhos (1900-1901)**. Rio de Janeiro: Imago, 1900-1901/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 5). p. 371-654.
- FREUD, S. O esquecimento de nomes próprios. *In*: FREUD, S. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana (1901)**. Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1901/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 6). p. 19-25.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, S. **Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1905/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 7). p. 128-229.
- FREUD, S. A dinâmica da transferência. *In*: FREUD, S. **O Caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Rio de Janeiro: Imago, 1912a/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 12). p. 111-119.
- FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. *In*: FREUD, S. **O Caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Rio de Janeiro: Imago, 1912b/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 12). p. 121-133.
- FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). *In*: FREUD, S. **O Caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Rio de Janeiro: Imago, 1914/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 12). p. 163-171.

FREUD, S. À guisa de introdução ao narcisismo. *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1914/2004. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 1). p. 97-119.

FREUD, S. Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III). *In*: FREUD, S. **O Caso Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Rio de Janeiro: Imago, 1915 [1914]/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 12). p. 177-188.

FREUD, S. Pulsões e destinos da pulsão. *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1915a/2004. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 1). p. 133-173.

FREUD, S. O recalque. *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1915b/2004. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 1). p. 175-193.

FREUD, S. O inconsciente. *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1915/2006. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 2). p. 13-74.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. *In*: FREUD, S. **Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)**. Rio de Janeiro: Imago, 1917/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 17). p. 147-156.

FREUD, S. Além do princípio do prazer. *In*: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. Rio de Janeiro: Imago, 1920/2006. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, 2). p. 124-198.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do ego. *In*: FREUD, S. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Rio de Janeiro: Imago, 1921/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 18). p. 81-154.

FREUD, S. O eu e o isso. *In*: FREUD, S. **O ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)**. Rio de Janeiro: Imago, 1923/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 19). p. 15-80.

FREUD, S. A dissolução do complexo de Édipo. *In*: FREUD, S. **O ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)**. Rio de Janeiro: Imago, 1924/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 19). p. 193-199.

FREUD, S. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *In*: FREUD, S. **O ego e o Id e outros trabalhos (1923-1925)**. Rio de Janeiro: Imago, 1925/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 19). p. 277-286.

FREUD, S. A questão da análise leiga. *In*: FREUD, S. **Um estudo autobiográfico, Inibições, sintomas e ansiedade, Análise leiga e outros trabalhos (1925-1926)**. Rio de Janeiro: Imago, 1926/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 20). p. 179-240.

FREUD, S. Análise com fim e sem fim. *In*: FREUD, S. **Moisés e o monoteísmo, esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)**. Rio de Janeiro: Imago, 1937/1996. (Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud, 23), p. 231-270.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1949/1998. p. 96-103.

LACAN, J. O momento da resistência. *In*: LACAN, J. **O Seminário – Livro 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1954/2009. p. 13-97.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1957/1998. p. 496-533.

LACAN, J. **O Seminário – Livro 5**: As formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1957-1958/1999.

LACAN, J. A direção da cura e os princípios de seu poder. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1958/1998. p. 591-649.

LACAN, J. **O Seminário – Livro 9**: A identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1961-1962/2003.

LACAN, J. **O Seminário – Livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro, Zahar, 1964/2008.

LACAN, J. **O Seminário – Livro 16**: De um Outro ao outro. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968-1969/2008.

LAMEIRA, V. M.; COSTA, M. C. S.; RODRIGUES, S. M. Fundamentos metodológicos da pesquisa teórica em Psicanálise. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 68-78, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/4861/pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.